

**RELATÓRIO DE REVISÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DO

MUNICÍPIO DE ÉVORA

2015

ABRIL DE 2016



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ÂMBITO.....	3
3. RESPONSABILIDADES.....	3
4. TRABALHOS EFETUADOS.....	4
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
6. NOTAS E COMENTÁRIOS.....	8
6.1) Execução orçamental.....	8
6.1.1) Orçamento.....	8
a) Orçamento inicial.....	8
b) Modificações do Orçamento.....	9
c) Receitas.....	9
d) Despesas.....	10
e) Fundos disponíveis.....	11
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros.....	12
g) Equilíbrio Orçamental.....	13
6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos.....	14
6.1.3) Execução do plano de atividade municipal.....	14
6.2) Análise Patrimonial.....	15
6.2.1) Balanço.....	15
a) Ativo.....	15
b) Fundos próprios.....	16
c) Passivo.....	16
d) Endividamento.....	17
6.2.2) Demonstração dos resultados.....	19
6.3) Análise das Principais Contas.....	20
6.3.1) Imobilizado.....	20
h) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros.....	20
i) Amortizações.....	22
6.3.2) Existências.....	23
6.3.3) Dívidas a receber.....	24
6.3.4) Disponibilidades.....	28
6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos.....	29
6.3.6) Fundo patrimonial.....	29
6.3.7) Passivos antes de acréscimos e diferimentos.....	30
6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos.....	34
6.3.9) Provisões e contingências.....	36





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

6.3.10) Custos e perdas.....	37
Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	37
Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	38
Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES.....	39
Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL.....	39
Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	40
Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS.....	40
Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS.....	41
6.3.11) Proveitos e ganhos.....	42
Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	42
Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS.....	43
Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS.....	44
Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS.....	44
Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS.....	45
7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO.....	46
7.1) Indicadores de Gestão.....	46
7.2) Endividamento/Dívida Total.....	46
7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso.....	48
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	49
9. OPINIÃO E PROPOSTAS.....	50
9.1. Relato sobre outros requisitos legais.....	50
9.2. Conclusão das verificações efetuadas e opinião.....	50
9.3. Propostas.....	51
10. OUTROS FACTOS.....	52
11. AGRADECIMENTOS.....	52



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE ÉVORA

EXERCÍCIO DE 2015

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras do Município de Évora, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 210.175.945,79€ e um total de fundos próprios de 109.896.503,69€, incluindo um resultado líquido negativo de 4.890.006,39€), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 42.295.242,87€ de despesa paga e um total de 43.223.967,14€ de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2. ÂMBITO

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários e opiniões que consideramos relevantes.

Face aos comentários e recomendações efetuadas, ao longo do exercício, assistimos a uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade e implementar para áreas materialmente relevantes (imobilizado, existências e dívidas a receber).

Nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Ordinária de 20 de abril de 2016, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2015, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

3. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

4. TRABALHOS EFETUADOS

Exceto, quanto às limitações identificadas no decurso do nosso trabalho, o exame a que procedemos foi efetuado, de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Assim foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria, com a extensão considerada necessária.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria que incluem:
 - Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
 - Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
 - Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
 - Apreciação do saldo registado em tesouraria, com referência a 30 de dezembro de 2015, e acompanhamento da contagem física de caixa, no final do exercício;
 - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
 - Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a extratos das Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2015;
- Solicitação direta a Advogados, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequacidade das provisões ou ajustamentos para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2015;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitantes a 2015, que a Autarquia tem a arrecadar e cuja liquidação e recebimento apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2016, ou posterior;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e/ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações ocorridas nas diversas rubricas que compõe os Fundos próprios;
- Apreciação do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Apreciação do prazo médio de pagamento, no final do exercício de 2015;

5



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação de trabalhos efetuados ao nível da contabilidade de custos;
- Apreciação do relatório de execução do plano de prevenção de riscos de gestão de 2015, que se encontra em fase de aprovação;
- Apreciação do Balanço Social de 2015;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Procedeu-se à avaliação da situação financeira do Município considerando o disposto na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, bem como de outras disposições legais aplicáveis à Entidade.

Do trabalho efetuado e das conclusões que foram possíveis obter, relatamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos materiais e relevantes.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de gestão.

Princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental

Na sequência de trabalho efetuado, importa destacar que este tema é o mais relevante para efeitos da tradução da posição financeira e do resultado das operações do Município. Sobre estes aspetos, podemos afirmar que temos continuado a assistir a uma melhoria na forma de revelar os factos contabilísticos, que merecem continuidade.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O Município encontra-se sujeito a princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental, conforme previsto nos pontos 3.1, 3.2, 4 e 2.3.4. do POCAL. Apresenta ainda o ponto 2.6 as especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais.

Nestes termos nenhuma despesa pode ser autorizada ou paga sem que:

- a) o facto gerador da obrigação da despesa respeite as normas legais aplicáveis;
- b) a despesa a realizar disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na respetiva dotação e esteja adequadamente classificada;
- c) a despesa a realizar só possa ser comprometida depois de verificada a existência de fundos disponíveis para o seu pagamento atempado, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho); e
- d) a despesa em causa satisfaça o princípio da economia, eficiência e eficácia.

Do ponto de vista da contabilidade patrimonial a aplicação do princípio da especialização dos exercícios (ou do acréscimo), conduz a que não possam ser reconhecidos custos ou proveitos de um exercício noutra exercício, pelo que a contabilização de faturas de terceiros correspondentes a despesas de anos anteriores, não podem afetar os custos do exercício em causa.

Isto significa dizer-se que no âmbito orçamental todas as despesas devem ser “comunicadas ao orçamento”, devendo o mesmo comportar tais valores e no tocante à contabilidade patrimonial, não se podem contabilizar em custos, faturas com datas anteriores ao exercício em curso.

Assim, todas as faturas com data de 2015, apesar de terem dado entrada nos serviços do Município, no início do exercício de 2016, devem ser consideradas para efeitos do encerramento de contas do exercício de 2015.

Cabe destacar a legislação, decorrente da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, que “*Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas*”

Nos pontos seguintes iremos abordar as contas que foram objeto de apreciação e que maior expressão traduzem nas demonstrações financeiras, apresentando-se o trabalho efetuado e os comentários que cada uma nos merece.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6. NOTAS E COMENTÁRIOS

6.1) Execução orçamental

6.1.1) Orçamento

A contabilidade orçamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

Nas contas de controlo orçamental, são registadas as operações contabilísticas correspondentes à execução do orçamento até ao momento em que são criados os débitos ou créditos relativamente a terceiros, articulando-se com a contabilidade patrimonial através da conta #25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, da classe 2 – Terceiros, do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Relativamente ao ano de 2015, solicitaram-se os mapas relativos ao orçamento inicial e suas modificações, bem como os mapas de execução das Grandes opções do plano, do Plano plurianual de investimento e das Ações mais relevantes, dos quais foi possível retirar as conclusões abaixo apresentadas.

Todos os mapas de execução acima referidos deverão permitir o controlo da execução orçamental, sendo que os mesmos são produzidos informaticamente pelo sistema através do apuramento de lançamentos contabilísticos efetuados no decorrer do exercício e para o período em análise.

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial apresenta uma variação negativa em cerca de 4,4 milhões de euros.

RECEITAS	PREVISIONAL INICIAL				
	2011	2012	2013	2014	2015
Correntes	42 269 364	72 161 520	74 500 000	73 791 222	82 376 385
Capital	24 682 136	30 145 841	28 350 000	19 362 836	6 373 615
Outras	148 500	150 000	150 000	65 942	50 000
TOTAL	67 100 000	102 457 361	103 000 000	93 220 000	88 800 000

DESPESAS	PREVISIONAL INICIAL				
	2011	2012	2013	2014	2015
Correntes	42 269 364	72 161 520	74 500 000	73 791 222	68 084 086
Capital	24 830 636	30 295 841	28 500 000	19 428 778	20 715 914
TOTAL	67 100 000	102 457 361	103 000 000	93 220 000	88 800 000



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Modificações do Orçamento

As alterações orçamentais revelam uma variação positiva de cerca de 1 milhão de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 89.868.149 €.

PREVISIONAL		VARIÇÃO
INICIAL	CORRIGIDO	
88 800 000	89 868 149	1 068 149

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.

c) Receitas

Nas receitas o grau de execução é de 48,10%, representando a receita corrente 45,28 % e a receita de capital 75,98%.

	2011	2012	2013	PREVISIONAL		2014	PREVISIONAL		2015
				INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO	
				2014		2015			
Correntes	31 707 319	31 797 497	32 907 224	73 791 222	73 791 222	37 457 015	82 376 385	82 376 385	37 299 505
Capital	9 875 531	9 080 236	31 741 188	19 362 836	19 362 836	11 983 327	6 373 615	6 373 615	4 842 574
Outras	213 978	95 467	31 008	65 942	4 191 511	4 141 666	50 000	1 118 149	1 081 888
TOTAL	41 796 828	40 973 200	64 679 420	93 220 000	97 345 569	53 582 008	88 800 000	89 868 149	43 223 967
GRAU DE EXECUÇÃO	58,33%	39,99%	62,78%			55,04%			48,10%
Corrente	75,01%	44,06%	44,17%			50,76%			45,28%
Capital	33,78%	30,12%	111,96%			61,89%			75,98%
Outras	144,09%	63,64%	17,42%			98,81%			96,76%

A execução da receita ficou abaixo do limite de 85%, atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

Tal facto merece ajustamento em alta do valor da receita corrente, para que a regra de equilíbrio se verifique, para além de redução da despesa corrente. Para o efeito é necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente.

No que concerne à arrecadação da receita, é de referir que no exercício foram desencadeados procedimentos importantes, tendo sido dado um passo relevante para melhor este indicador. Importa manter a continuidade destes procedimentos, para além da implementação de outros que se venham a identificar como positivos para o benefício e melhoria da situação financeira do Município.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2015	
			VALOR	%
RECEITA CORRENTE	82 376 385	82 376 385	37 299 505	45,28%
- IMI	6 600 000	6 600 000	7 261 236	110,0
- IUC	1 500 000	1 500 000	1 171 649	78,1
- IMT	2 000 000	2 000 000	2 011 399	100,6
- Derrama	950 000	950 000	882 275	92,9
- Impostos abolidos	4 000	4 000		
- Impostos directos diversos	1 000	1 000		
Impostos indirectos	155 200	155 200	140 595	90,6
Taxas, multas e outras penalidades	3 852 800	3 852 800	4 006 766	104,0
Rendimentos de propriedades	50 500	50 500	45 675	90,4
Transferências correntes	15 193 455	15 193 455	15 535 849	102,3
Venda de bens e prestação de serviços	6 755 799	6 755 799	6 164 654	91,2
Outras receitas correntes	45 313 631	45 313 631	79 407	0,2
RECEITA DE CAPITAL	6 373 615	6 373 615	4 842 574	75,98%
Venda de bens de investimento	649 000	649 000	286 563	44,2
Transferências de capital	3 216 615	3 216 615	4 550 558	141,5
Ativos financeiros	5 000	5 000	5 453	109,1
Passivos financeiros	2 502 000	2 502 000		
Outras receitas de capital	1 000	1 000		
OUTRAS RECEITAS	50 000	1 118 149	1 081 888	96,76%
Reposições não abatidas aos pagamentos	50 000	50 000	13 739	27,5
Saldo da gerência anterior		1 068 149	1 068 149	100,0
TOTAL GERAL	88 800 000	89 868 149	43 223 967	48,10%

d) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 47,06%, tendo a despesa corrente atingido um grau de execução de 45,44% e a despesa de capital com 48,98%.

DESPESAS	2011	2012	2013	PREVISIONAL		2014	PREVISIONAL		2015
				INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO	
				2014			2015		
Correntes	31 683 909	29 772 296	43 845 107	73 791 222	77 915 891	40 914 909	68 084 086	69 152 235	31 424 064
Capital	9 882 333	11 405 288	16 708 745	19 428 778	19 429 678	11 598 950	20 715 914	20 715 914	10 871 179
TOTAL	41 566 242	41 177 584	60 553 852	93 220 000	97 345 569	52 513 859	88 800 000	89 868 149	42 295 243
GRAU DE EXECUÇÃO	58,01%	40,19%	58,77%			53,95%			47,06%
Corrente	74,96%	41,26%	58,83%			52,51%			45,44%
Capital	33,63%	37,65%	58,63%			59,70%			48,98%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2015	
			VALOR	%
DESPEZA CORRENTE	68 084 086	69 152 235	31 424 064	45,44%
Despesas com pessoal	18 740 384	18 875 384	17 711 101	93,8
Aquisição de bens e serviços	40 398 074	41 474 541	9 229 674	22,3
Juros e outros encargos	5 913 026	5 753 126	3 155 076	54,8
Transferências correntes	2 012 886	2 092 886	836 379	40,0
Outras despesas correntes	1 019 716	956 298	491 834	51,4
DESPEZA DE CAPITAL	20 715 914	20 715 914	10 871 179	52,48%
Aquisição de bens de capital	11 004 016	11 005 716	5 375 578	48,84
Transferências de capital	1 392 900	1 391 200	407 840	29,32
Ativos financeiros	215 346	215 346	215 346	100,00
Passivos financeiros	8 103 652	8 103 652	4 872 416	60,13
TOTAL GERAL	88 800 000	89 868 149	42 295 243	47,06%

Ao nível da execução destaca-se nas despesas correntes as rubricas de despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, com um total de despesa paga no montante de cerca de 27 milhões de euros, num total de 31 milhões de euros. Quanto às despesas de capital destacam-se as aquisições de bens de capital, essencialmente por via da obra da escola básica André de Resende e os passivos financeiros com um total pago de 4,9 milhões de euros.

No seguimento dos anos anteriores, durante o exercício de 2015, continuou a constatar-se sérias dificuldades de pagamento dos compromissos assumidos, onde a falta constante de receita não tem vindo a permitir dar cumprimento aos mesmos. A pressão sobre a tesouraria continua a ser grande, com interpelações contenciosas, cuja resolução tem vindo a ser conseguida e assegurada. Refira-se que no exercício foram concluídos alguns processos em contencioso.

e) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte:

	FUNDOS DISPONÍVEIS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	6 887 483		6 887 483		
FEVEREIRO	9 699 321	34 356 834	-24 657 513	3 219 931	31 136 902
MARÇO	14 518 981	38 499 744	-23 980 763	5 406 123	33 093 621
ABRIL	17 429 902	42 121 720	-24 691 817	7 943 656	34 178 064
MAIO	20 711 209	47 447 690	-26 736 482	10 025 415	37 422 276
JUNHO	26 114 512	50 101 739	-23 987 227	16 364 035	33 737 704
JULHO	28 307 116	55 099 076	-26 791 960	19 141 096	35 957 979
AGOSTO	31 476 054	58 847 730	-27 371 676	22 732 661	36 115 068
SETEMBRO	34 592 652	61 747 216	-27 154 564	26 206 926	35 540 289
OUTUBRO	38 430 515	65 526 595	-27 096 080	29 186 434	36 340 161
NOVEMBRO	38 680 438	68 889 624	-30 209 187	32 091 980	36 797 644
DEZEMBRO	39 625 432	71 371 699	-31 746 267	35 688 849	35 682 850



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 85.600.391,13€, sendo que 54.199.411,93€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo, apresentando-se ainda os mesmos dados comparativamente a 2014.

31/12/2015					
COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS					
	ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR	
	ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
CORRENTES	61 041 880,60	13 785 827,85	31 424 063,58	29 617 817,02	13 785 827,85
CAPITAL	12 654 341,47	40 413 584,08	10 871 179,29	1 783 162,18	40 413 584,08
TOTAL	73 696 222,07	54 199 411,93	42 295 242,87	31 400 979,20	54 199 411,93
	127 895 634,00			85 600 391,13	

31/12/2014					
COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS					
	ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR	
	ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS
CORRENTES	65 884 569,23	18 141 546,10	40 914 908,63	24 969 660,60	18 141 546,10
CAPITAL	15 049 909,93	46 324 635,59	11 598 950,27	3 450 959,66	46 324 635,59
TOTAL	80 934 479,16	64 466 181,69	52 513 858,90	28 420 620,26	64 466 181,69
	145 400 660,85			92 886 801,95	

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 54,2 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento. Recomenda-se por isso, a continuidade de trabalhos desenvolvidos ao nível do controlo interno, quanto ao registo dos compromissos futuros. Face a 2014, a redução a este nível, foi significativa (cerca de 10,3 milhões de euros).

		2016	2017	2018	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	7 620 780,82	5 224 397,94	5 100 265,77	36 253 967,40
0		14,06%	9,64%	9,41%	66,89%
1					
5		54 199 411,93			

		2015	2016	2017	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	11 905 432,58	6 556 024,38	5 073 597,19	40 931 127,54
0		18,47%	10,17%	7,87%	63,49%
1					
4		64 466 181,69			





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

g) Equilíbrio Orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que em termos globais a receita corrente é superior à despesa corrente (RC < DC), situação que não se verificava desde o ano de 2012.

		2011	2012	2013	2014	2015
RECEITA CORRENTE	=	1,00	1,07	0,75	0,92	1,19
DESPESA CORRENTE						

Todavia a partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

Apesar da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, só se aplicar ao exercício de 2014, procedeu-se ao apuramento do equilíbrio orçamental, para os exercícios de 2012 a 2015, para efeitos comparativos, apresentando-se o mesmo conforme segue.

	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
1. Receita corrente bruta cobrada	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505
2. Despesa corrente	29 772 296	43 845 107	40 914 909	31 424 064
3. Amortização média de emp.ML.Prazo	7 671 018	7 356 323	6 090 800	3 366 346
4. = 2. + 3. TOTAL	37 443 314	51 201 430	47 005 709	34 790 410
5. = 1. - 4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	-5 645 817	-18 294 206	-9 548 694	2 509 096
6. Receita corrente líquida (1)	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505
7. = 6. x 5% 5% do valor da receita corrente totais	1 589 875	1 645 361	1 872 851	1 864 975
8. = 5. + 7. Incumprimento/Cumprimento no equilíbrio orçamental	-4 055 942	-16 648 845	-7 675 843	4 374 071
	INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO

(1) Considerada como as receitas correntes totais

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado os seguintes valores:

BASE	PARA	AMORT.MÉDIAS
2011	2012	7 671 018
2012	2013	7 356 323
2013	2014	6 090 800
2013	2015	3 366 346

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para os períodos identificados, concluímos verificar-se equilíbrio orçamental.

É de realçar a recuperação ocorrida no exercício, quanto a este indicador, facto que também vem na sequência do que já havia ocorrido no ano de 2014, ainda que em terreno negativo. Propõe-se um acompanhamento sistemático desta variável, de forma a que a mesma se possa manter dentro de parâmetro aceitável para a atividade do Município.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos

Da análise ao mapa de execução do PPI, constata-se que a execução atingiu um grau, em termos anuais de 52,11%.

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015					GRAU DE EXECUÇÃO
			CABIMENTO	COM PROMISSO	FATURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	ANUAL
FUNÇÕES GERAIS	689 648	800 306	523 163	477 653	478 117	306 908	306 908	38,35%
- Serv. Gerais Adm. Pública	684 648	795 306	521 940	476 430	478 117	306 908	306 908	38,59%
- Segurança e Ordem Pública	5 000	5 000	1 223	1 223				
FUNÇÕES SOCIAIS	4 291 745	5 546 947	4 513 576	4 454 428	4 160 614	3 894 885	3 894 885	70,22%
- Educação	3 428 847	4 686 847	4 108 184	4 079 564	3 808 729	3 687 504	3 687 504	78,68%
- Saúde								
- Segurança e Ações Sociais	36 581	36 581	30 598	2 138	2 138			
- Habitação e Serviços Coletivos	570 885	570 385	275 393	273 590	259 451	128 932	128 932	22,60%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	255 432	253 134	99 401	99 137	90 297	78 449	78 449	30,99%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	6 097 411	4 724 851	1 278 371	1 276 125	1 242 134	1 177 853	1 177 853	24,93%
- Indústria e Energia	350 309	710 309	464 163	463 663	451 706	411 783	411 783	57,97%
- Transportes e Comunicações	270 283	386 883	205 078	205 078	183 044	165 921	165 921	42,89%
- Comércio e Turismo	26 803	26 803	7 359	7 359	7 359	123	123	0,46%
- Outras Funções Económicas	5 450 016	3 600 856	601 772	600 026	600 026	600 026	600 026	16,66%
OUTRAS FUNÇÕES	9 371 764	9 378 464	6 230 789	6 230 789	5 701 179	5 276 187	5 276 187	56,26%
- Operações da dívida autárquica	8 103 652	8 103 652	5 402 013	5 402 013	4 872 416	4 872 416	4 872 416	60,13%
- Transferências entre administrações	1 260 112	1 260 112	814 173	814 173	814 173	396 071	396 071	31,43%
- Diversas não especificadas	8 000	14 700	14 603	14 603	14 591	7 701	7 701	52,39%
TOTAL GERAL	20 450 568	20 450 568	12 545 899	12 438 995	11 582 045	10 655 833	10 655 833	52,11%

6.1.3) Execução do plano de atividade municipal

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 15,11%.

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015					GRAU DE EXECUÇÃO
			CABIMENTO	COM PROMISSO	FATURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	ANUAL
FUNÇÕES GERAIS	2 506 179	2 562 179	2 509 233	2 509 233	1 846 889	1 762 979	1 762 979	68,81%
- Serv. Gerais Adm. Pública	2 506 179	2 506 179	2 509 233	2 509 233	1 846 889	1 762 979	1 762 979	70,35%
- Segurança e Ordem Pública								
FUNÇÕES SOCIAIS	29 870 485	30 123 485	26 975 671	26 504 851	30 285 577	2 773 741	2 773 741	9,21%
- Educação	1 384 043	1 446 043	976 662	975 877	701 618	596 194	596 194	41,23%
- Saúde								
- Segurança e Ações Sociais	104 147	104 147	98 660	24 699	24 699	2 731	2 731	2,62%
- Habitação e Serviços Coletivos	28 153 919	28 344 919	25 748 028	25 351 954	29 406 940	2 151 887	2 151 887	7,59%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	228 376	228 376	152 321	152 321	152 321	22 929	22 929	10,04%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 312 446	2 312 446	1 669 966	1 669 966	1 663 956	767 342	767 342	33,18%
- Indústria e Energia	10 283	10 283	584	584	584	584	584	5,68%
- Transportes e Comunicações	2 283 523	2 283 523	1 659 201	1 659 201	1 660 382	764 772	764 772	33,49%
- Comércio e Turismo	10 373	10 373	2 211	2 211	2 991	1 987	1 987	19,16%
- Outras Funções Económicas	8 267	8 267	7 970	7 970				
OUTRAS FUNÇÕES	112 092	112 092	-	-	-	-	-	-
- Operações da dívida autárquica								
- Transferências entre administrações	100 000	100 000						
- Diversas não especificadas	12 092	12 092						
TOTAL GERAL	34 801 202	35 110 202	31 154 870	30 684 050	33 796 422	5 304 063	5 304 063	15,11%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2) Análise Patrimonial

6.2.1) Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no quadriénio 2012 a 2015.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 210.175.945,79€, sendo o ativo fixo (imobilizado) que constitui o agregado com maior peso, representando cerca de 96%.

Código contas POCAL	Activo	2012		2013		2014		2015		Variação 2015/2014 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público									
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	
452	Edifícios	7 481,97		7 481,97						
453	Outras construções e infra-estruturas	153 398 868,76	68,07	153 628 297,88	69,21	153 794 540,40	72,89	154 235 139,38	73,38	-0,29
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1 222 182,94	0,54	1 222 182,94	0,55	1 235 682,94	0,59	1 298 074,30	0,62	-5,05
445	Imobil. Em curso de bens de domínio público							170 932,35	0,08	
485	Amortizações acumuladas	72 471 782,92	32,16	79 934 979,96	36,01	87 047 298,11	41,26	93 636 971,42	44,55	-7,57
		82 226 726,65	36,49	74 992 958,73	33,78	68 052 901,13	32,25	62 137 150,51	29,56	8,69
	Imobilizações incorpóreas:									
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 930,73	0,03	62 930,73	0,03	62 930,73	0,03	64 361,37	0,03	-2,27
483	Amortizações acumuladas	56 331,78	0,02	62 495,26	0,03	62 924,94	0,03	62 984,68	0,03	-0,06
		6 598,95	-	435,47	-	5,79	-	1 396,69	-	-24 022,45
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	57 977 716,42	25,73	58 644 105,35	26,42	57 182 089,62	27,10	59 253 120,97	28,19	-3,62
422	Edifícios e outras construções	67 694 707,87	30,04	70 658 519,08	31,83	73 902 588,42	35,03	74 235 533,28	35,32	-0,45
423	Equipamento básico	6 281 135,43	2,79	6 399 166,63	2,88	6 505 270,57	3,08	6 764 541,15	3,22	-3,99
424	Equipamento de transporte	5 302 209,25	2,35	5 371 019,38	2,42	5 429 856,91	2,57	5 549 988,95	2,64	-2,21
425	Ferramentas e utensílios	2 054 428,90	0,91	2 064 845,03	0,93	1 303 146,54	0,62	1 349 796,72	0,64	-3,58
426	Equipamento administrativo	935 966,46	0,42	944 526,20	0,43	946 761,68	0,45	1 007 448,54	0,48	-6,41
429	Outras imobilizações corpóreas	447 049,54	0,20	446 928,16	0,20	449 078,85	0,21	505 082,95	0,24	-12,47
442	Imobilizações em curso	3 747 539,57	1,66	1 518 397,74	0,68	2 759 503,13	1,31	5 606 931,76	2,67	-103,19
482	Amortizações acumuladas	35 520 763,05	15,76	38 014 291,71	17,13	41 254 903,37	19,55	43 483 169,99	20,69	-5,40
		108 919 990,39	48,33	108 033 215,86	48,67	107 223 392,35	50,82	110 789 274,33	52,71	3,33
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	16 923 888,39	7,51	18 150 871,40	8,18	16 422 837,68	7,78	16 965 766,97	8,07	-3,31
412	Obrigações e títulos de participação					1 507 423,18	0,71	1 507 423,18	0,72	
413	Empréstimos de Financiamento	9 961 368,82	4,42	9 551 799,86	4,30	9 489 020,00	4,50	9 489 020,00	4,51	
491	Provisões para investimentos financeiros	46 638,00	0,02	46 638,00	0,02	83 202,35	0,04	83 202,35	0,04	
		26 838 619,21	11,91	27 656 033,26	12,46	27 336 078,51	12,96	27 879 007,80	13,26	1,99
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	918 189,28	0,41	856 470,38	0,39	967 060,83	0,46	984 201,85	0,47	-1,77
		918 189,28	0,41	856 470,38	0,39	967 060,83	0,46	984 201,85	0,47	6,86
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
28	Empréstimos concedidos	106 018,32	0,05	105 696,91	0,05	100 942,35	0,05	95 515,29	0,05	5,38
211	Cilentes c/c	1 902 632,09	0,84	2 310 962,23	1,04	2 209 224,56	1,05	754 357,59	0,36	65,85
212	Contribuinte c/c	8 734,63	0,00	81 213,10	0,04	386 920,53	0,18	385 921,82	0,18	0,26
213	Utentes c/c	631 680,04	0,28	728 906,80	0,33	797 191,74	0,38	806 290,17	0,38	-1,14
218	Cilentes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	5 578 348,39	2,48	6 267 649,16	2,82	6 180 699,75	2,93	6 579 134,76	3,13	-6,45
24	Estado e outros entes públicos	762 508,39	0,34	940 336,41	0,42	858 284,18	0,41	682 313,00	0,32	20,50
282+263+267+268	Outros devedores	2 336 534,46	1,04	800 844,19	0,36	994 993,52	0,47	1 560 402,00	0,74	-56,83
291+294+295	Provisões para cobranças duvidosas	6 248 832,19	2,77	6 792 463,86	3,06	6 542 239,25	3,10	5 569 736,04	2,65	14,86
		5 077 624,13	2,25	4 443 144,94	2,00	4 986 017,38	2,36	5 294 198,59	2,52	6,18
	Depósitos em instit.financieiras e caixa									
13	DGAL / Montantes afetos ao FRM									
12	Depósitos em inst.financieiras	950 198,32	0,42	5 135 495,51	2,31	1 780 107,72	0,84	2 179 001,47	1,04	-22,41
11	Caixa	74 882,33	0,03	68 162,49	0,03	91 486,17	0,04	67 809,58	0,03	25,88
		1 025 080,65	0,45	5 203 658,00	2,34	1 871 593,89	0,89	2 246 811,05	1,07	20,05
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos de proveitos	334 453,11	0,15	781 300,83	0,35	544 867,45	0,26	791 752,83	0,38	-45,31
272	Custos diferidos	10 394,74		13 547,71	0,01	14 677,13	0,01	52 152,14	0,02	-255,33
		344 847,85	0,15	794 848,54	0,36	559 544,58	0,27	843 904,97	0,40	50,82
	Total do ativo	225 357 677,11	100,00	221 980 765,18	100,00	210 996 694,46	100,00	210 175 945,79	100,00	-0,39



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 109.896.503,69€, apurando um resultado líquido negativo de 4.890.006,39€.

Código contas	Fundos próprios	2012		2013		2014		2015		Variação
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2015/2014 (%)
POCAL										
51	Património	171 954 254,44	76,30	172 722 873,20	77,81	172 793 433,20	81,89	175 479 500,50	83,49	1,55
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	3 141 870,92	1,39	4 639 805,52	2,09	4 742 566,02	2,25	5 008 253,02	2,38	5,60
571	Reservas legais	625 000,00	0,28	625 000,00	0,28	625 000,00	0,30	625 000,00	0,30	
575	Subsídios	239 917,57	0,11	239 917,57	0,11	239 917,57	0,11	239 917,57	0,11	
576	Doações	24 305 176,40	10,79	24 305 176,40	10,95	24 306 296,40	11,52	24 315 596,40	11,57	0,04
577	Reservas decorrentes de transf. de ativos	5 331,62		5 331,62		5 331,62		5 331,62	0,00	
59	Resultados transitados	-60 216 417,47	-26,72	-70 969 312,65	-31,97	-83 769 449,11	-39,70	-90 887 089,03	-43,24	8,50
88	Resultado líquido do exercício	-10 703 160,14	-4,75	-12 706 874,27	-5,72	-7 331 402,16	-3,47	-4 890 006,39	-2,33	-33,30
	Total dos fundos próprios	129 351 973,34	57,40	118 861 917,39	53,55	111 611 693,54	52,90	109 896 503,69	52,29	-1,54

c) Passivo

O passivo total sofreu uma variação positiva de 0,9%, face ao ano transato, ascendendo a 100.279.442,10€, em especial por via da oscilação positiva de fornecedores (#22) e outros credores (#26).

Código contas	Passivo	2012		2013		2014		2015		Variação
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2015/2014 (%)
POCAL										
292	Passivo:									
	Provisões para riscos e encargos	946 881,22	0,42	2 648 729,56	1,19	1 606 607,17	0,76	1 309 800,57	0,62	-18,47
		946 881,22	0,42	2 648 729,56	1,19	1 606 607,17	0,76	1 309 800,57	0,62	-18,47
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:									
	Dívidas a instituições de crédito	17 118 802,36	7,60	38 125 487,77	17,18	39 906 583,52	18,91	35 034 167,63	16,67	-12,21
		17 118 802,36	7,60	38 125 487,77	17,18	39 906 583,52	18,91	35 034 167,63	16,67	-12,21
2311	Dívidas a terceiros - Curto prazo:									
	Empréstimos de curto prazo	2 205 000,00	0,98							
269	A adiantamentos por conta de vendas	238 801,11	0,11	319 471,36	0,14	212 462,32	0,10	304 979,65	0,15	43,55
221	Fornecedores, c/c	32 371 906,58	14,36	24 591 248,16	11,08	20 236 830,52	9,59	22 071 353,42	10,50	9,07
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	5 293 421,02	2,35	7 145 457,58	3,22	7 069 472,98	3,35	10 373 375,62	4,94	46,73
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	13 800 875,55	6,12	8 980 084,67	4,05	6 682 130,28	3,17	5 554 948,57	2,64	-16,87
24	Estado e outros entes públicos	719 983,81	0,32	1 157 584,87	0,52	707 262,23	0,34	647 194,38	0,31	-8,49
262+263+267+268	Outros credores	2 606 183,02	1,16	1 571 614,62	0,71	2 444 176,57	1,16	2 979 574,60	1,42	21,91
217+2615+2685	Credores de Oper. Não Orçamentais	1 552,19		524 844,76	0,24	573 635,41	0,27	832 062,05	0,40	45,05
		57 237 723,28	25,40	44 290 306,02	19,95	37 925 970,31	17,97	42 763 488,29	20,35	12,76
	Acréscimos e diferimentos									
273	Acréscimos de custos	2 446 588,69	1,09	2 906 222,36	1,31	3 317 627,02	1,57	2 908 959,04	1,38	-12,32
274	Proveitos diferidos	18 255 708,22	8,10	15 148 102,08	6,82	16 628 112,90	7,88	18 263 026,57	8,69	9,83
		20 702 296,91	9,19	18 054 324,44	8,13	19 945 739,92	9,45	21 171 985,61	10,07	6,15
	Total do passivo	96 005 703,77	42,60	103 118 847,79	46,45	99 384 900,92	47,10	100 279 442,10	47,71	0,90
	Total dos fundos próprios e do passivo	225 357 677,11	100,00	221 980 765,18	100,00	210 996 594,46	100,00	210 175 945,79	100,00	-0,39



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) Endividamento/Dívida Total deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.

6.2.2) Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2012 a 2015:

Cód. contas POCAL	Custos e perdas	2012		2013		2014		2015		Variação 2015/2014 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 546 061,42	16,99	7 147 807,76	18,65	4 207 842,75	9,93	3 247 335,52	7,73	-22,83
62	Fornecimentos e serviços externos	7 803 532,75	20,26	7 257 875,78	18,94	10 455 548,52	24,67	10 027 649,44	23,86	-4,09
63	Transf. subs. correntes conced. e prest. sociais	1 574 858,63	4,09	1 096 660,46	2,86	737 271,96	1,74	841 112,86	2,00	14,08
64	Custos com o pessoal	16 500 083,25	42,84	18 537 483,02	48,37	17 989 365,49	42,44	17 400 648,57	41,40	-3,27
66	Amortizações do exercício	9 416 025,44	24,45	9 972 655,05	26,02	9 449 659,49	22,29	8 951 230,11	21,30	-5,27
67	Provisões do exercício	1 849 324,74	4,80	2 406 991,55	6,28	797 608,51	1,88	89 065,09	0,21	-88,83
65	Outros custos perdas operacionais	115,57		43,56		164,24		46,86	0,00	-71,47
	(A) Custos e perdas operacionais	43 690 001,80	113,43	46 419 517,18	121,11	43 637 460,96	102,95	40 557 088,45	96,60	-7,06
68	Custos e perdas financeiros	1 808 268,90	4,69	1 843 557,26	4,81	3 839 341,51	9,06	3 704 345,92	8,81	-3,52
	(C) Custos e perdas financeiras	1 808 268,90	4,69	1 843 557,26	4,81	3 839 341,51	9,06	3 704 345,92	8,81	-3,52
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	45 498 270,70	118,12	48 263 074,44	125,92	47 476 802,47	112,00	44 261 434,37	105,32	-6,77
69	Custos e perdas extraordinários	3 722 632,61	9,66	2 771 484,82	7,23	2 243 108,70	5,29	2 655 144,20	6,32	18,37
	(E) Custos e perdas extraordinários	3 722 632,61	9,66	2 771 484,82	7,23	2 243 108,70	5,29	2 655 144,20	6,32	18,37
88	Resultado líquido do exercício	-10 703 160,14	-27,79	-12 706 874,27	-33,15	-7 331 402,16	-17,30	-4 890 006,39	-11,64	-33,30
	TOTAL GERAL	38 617 743,17	100,00	38 327 684,99	100,00	42 388 609,01	100,00	42 026 672,18	100,00	-0,85

Cód. contas POCAL	Proveitos e ganhos	2012		2013		2014		2015		Variação 2015/2014 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	8 503 758,77	22,08	8 782 374,71	22,91	8 803 963,34	20,77	8 763 274,62	20,67	-0,46
72	Impostos e taxas	8 891 319,65	23,08	9 144 202,15	23,86	11 611 633,90	27,39	12 414 871,76	29,29	6,92
75	Trabalhos para a própria entidade	2 817,90	0,01	1 146,19		1 020,85		765,06	0,00	-25,06
73	Proveitos suplementares	22 213,72	0,06	34 778,21	0,09	180 057,45	0,42	98 769,48	0,23	-45,15
74	Transf. e subsídios obtidos	17 235 020,92	44,75	16 894 168,72	44,08	16 163 909,20	38,13	17 100 929,54	40,34	5,80
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	34 655 130,96	89,97	34 856 669,98	90,94	36 760 584,74	86,72	38 378 610,46	91,32	4,40
78	Proveitos e ganhos financeiros	105 743,41	0,27	87 106,16	0,23	49 835,79	0,12	63 819,41	0,15	28,06
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	105 743,41	0,27	87 106,16	0,23	49 835,79	0,12	63 819,41	0,15	28,06
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	34 760 874,37	90,25	34 943 776,14	91,17	36 810 420,53	86,84	38 442 429,87	91,47	54,45
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 756 868,80	9,75	3 383 908,85	8,83	5 578 088,48	13,16	3 584 142,31	8,46	-35,75
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	3 756 868,80	9,75	3 383 908,85	8,83	5 578 088,48	13,16	3 584 142,31	8,53	-35,75
	TOTAL GERAL	38 617 743,17	100,00	38 327 684,99	100,00	42 388 609,01	100,00	42 026 672,18	100,00	-0,85

RESUMO:	2012	2013	2014	2015	Variação				
Resultados operacionais (B) - (A)	-9 034 870,84	-23,46	-11 562 847,20	-30,17	-6 876 876,22	-16,22	-2 178 477,99	-5,18	-68,32
Resultados financeiros (D) - (C)	-1 702 625,49	-4,42	-1 766 451,10	-4,68	-3 789 606,72	-8,94	-3 640 626,61	-8,66	-3,93
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-10 737 396,33	-27,88	-13 319 298,30	-34,75	-10 666 381,94	-25,16	-5 819 004,50	-13,85	-45,45
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	-10 703 160,14	-27,79	-12 706 874,27	-33,15	-7 331 402,16	-17,30	-4 890 006,39	-11,64	-33,30

O resultado líquido negativo de 4.890.006,39€ decorre da existência de resultados operacionais e financeiros negativos, devendo a atenção da Gestão estar focalizada nestas componentes. Face ao ano transato o resultado líquido variou positivamente em 33,30 %, ainda que se apresente negativo.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3) Análise das Principais Contas

6.3.1) Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2015 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico e dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2015.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Foram analisadas as variações mais significativas, às quais tecemos as nossas apreciações nas alíneas seguintes.

h) Bens de domínio público, imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros

IMOBILIZADO		2012	2013	2014	2015	Variação
		Valor	Valor	Valor	Valor	2015/2014
Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	69 975,90	69 975,90	69 975,90	
452	Edifícios	7 481,97	7 481,97			
453	Outras construções e infra-estruturas	153 398 868,76	153 628 297,88	153 794 540,40	154 235 139,38	440 598,98
455	Bens do patrim.hist,art. e cultural	1 222 182,94	1 222 182,94	1 235 682,94	1 298 074,30	62 391,36
445	Imobilizações em curso				170 932,35	170 932,35
		154 698 509,57	154 927 938,69	155 100 199,24	155 774 121,93	673 922,69
Imobilizações incorpóreas:						
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 930,73	62 930,73	62 930,73	64 361,37	1 430,64
		62 930,73	62 930,73	62 930,73	64 361,37	1 430,64
Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais	57 977 716,42	58 644 105,35	57 182 089,62	59 253 120,97	2 071 031,35
422	Edifícios e outras construções	67 694 707,87	70 658 519,08	73 902 588,42	74 235 533,28	332 944,86
423	Equipamento básico	6 281 135,43	6 399 166,63	6 505 270,57	6 764 541,15	259 270,58
424	Equipamento de transporte	5 302 209,25	5 371 019,38	5 429 856,91	5 549 988,95	120 132,04
425	Ferramentas e utensílios	2 054 428,90	2 064 845,03	1 303 146,54	1 349 796,72	46 650,18
426	Equipamento administrativo	935 966,46	944 526,20	946 761,68	1 007 448,54	60 686,86
429	Outras imobilizações corpóreas	447 049,54	446 928,16	449 078,85	505 082,95	56 004,10
442	Imobilizações em curso	3 747 539,57	1 518 397,74	2 759 503,13	5 606 931,76	2 847 428,63
		144 440 753,44	146 047 507,57	148 478 295,72	154 272 444,32	5 794 148,60
Investimentos financeiros:						
411	Partes de capital	16 923 888,39	18 150 871,40	16 422 837,68	16 965 766,97	542 929,29
412	Obrigações e títulos de participação			1 507 423,18	1 507 423,18	
413	Empréstimos de Financiamento	9 961 368,82	9 551 799,86	9 489 020,00	9 489 020,00	
		26 885 257,21	27 702 671,26	27 419 280,86	27 962 210,15	542 929,29
		326 087 450,95	328 741 048,25	331 060 706,55	338 073 137,77	7 012 431,22



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

As variações mais relevantes decorrem essencialmente do registo dos terrenos que se encontram em direito de superfície e que não integravam o património do Município e da continuidade da obra da Escola André de Resende.

O total líquido dos investimentos financeiros ascende a 27.879 007,80€ (27.962 210,15€ -83.202,35€) Este valor para além das participadas que abaixo se apresentam, engloba o valor da subscrição das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal, cuja realização se iniciou em 2015, conforme plano seguinte:

	CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM	
2014	1 507 423,18			
2015	1 507 423,18	107 673,00	1 399 750,18	# 26.8.1.2.09
	1 399 750,18	107 673,00	1 292 077,18	# 26.8.1.2.09
2016	1 292 077,18	107 673,00	1 184 404,18	
	1 184 404,18	107 673,00	1 076 731,18	
2017	1 076 731,18	107 673,00	969 058,18	
	969 058,18	107 673,00	861 385,18	
2018	861 385,18	107 673,00	753 712,18	
	753 712,18	107 673,00	646 039,18	
2019	646 039,18	107 673,00	538 366,18	
	538 366,18	107 673,00	430 693,18	
2020	430 693,18	107 673,00	323 020,18	
	323 020,18	107 673,00	215 347,18	
2021	215 347,18	107 673,00	107 674,18	
	107 674,18	107 674,18		

2015	Curto prazo	215 346,00 €
	Médio e longo prazo	1 076 731,18 €
		1 292 077,18 €

Os investimentos financeiros representam os valores seguintes:

CONTA	SALDO FINAL				PERCENTAGEM DETIDA	PROVISÕES
	2012	2013	2014	2015		
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	26 838 619,21	27 656 033,22	27 593 277,93	27 879 007,80		83 202,35
411 Partes de Capital	16 877 250,39	18 104 233,40	18 104 233,40	16 894 628,97		71 138,00
4112 Empresas Municipais e Intermunicipais	16 025 568,92	17 441 416,50	17 441 416,50	16 359 851,09		24 500,00
41121 MME	1 408 939,05	1 315 619,49	1 315 619,49		100%	
41122 SITEE		745 270,75	745 270,75	738 035,77	95%	
41123 A CA/A GUAS LISBOA E VALE DO TEJO	703 282,66	673 586,08	673 586,08	1 342 215,00	0,80%	
41124 HABEVORA	13 888 847,21	14 645 912,96	14 645 912,96	14 279 600,32	100%	
41125 SRU		36 527,22	36 527,22		100%	
41126 EVORA REGIS	24 500,00	24 500,00	24 500,00		49%	24 500,00
4113 Empresas Privadas ou Cooperativas	851 681,47	662 816,90	662 816,90	534 777,88		46 638,00
41131 LAR					(a)	7 482,00
41132 MARE	851 681,47	662 816,90	662 816,90	534 777,88	20%	
41133 NIA					(a)	38 906,00
41133 UNESUL					(a)	250,00
412 Obrigações e Títulos de Participação				1 507 423,18		
4122 Fundo de Apoio Municipal				1 507 423,18		
413 Empréstimos de financiamento	9 961 368,82	9 551 799,82	9 489 044,53	9 476 955,65		12 064,35
4132 Empresas Municipais e Intermunicipais	9 961 368,82	9 476 980,18	9 476 980,18	9 476 955,65		
41321 MME	24,53	24,53	24,53			
41322 SITEE						
41324 HABÉVORA	9 961 344,29	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
4133 Empresas Privadas e cooperativas		74 819,64	12 064,35			12 064,35
NIA		74 819,64	12 064,35			12 064,35



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

A participada MME – Mercado Municipal de Évora, foi internalizada no Município, tendo-se desreconhecido o valor da participação, com ajustamentos das participadas SRU e NIA, dado o processo também de liquidação em que se encontram. Na participada NIA, encontra-se um imóvel ainda para venda, o que neste momento não se tem mostrado atrativo.

A participada SITEE, também se encontra em liquidação, com perspetiva de encerramento para o início do segundo semestre de 2016. Encontrando-se também a proceder à venda de ativos móveis de reduzida expressão, sendo que já não tem trabalhadores no seu quadro.

Segundo o disposto no art.º75º, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, os municípios são obrigados a consolidar as suas contas desde que participem na totalidade, ou maioritariamente, no capital de entidades do sector empresarial local e dos serviços municipalizados e intermunicipalizados. Desta forma o Município de Évora encontra-se obrigado a consolidar as suas contas, com as empresas HAVEVORA, NIA e SITEE (as duas últimas em processo de liquidação).

i) Amortizações

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes variações:

Código contas	Imobilizado	VARIAÇÃO				
		2014 Valor	66	ALIENADOS	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES	2015 Valor
POCAL						
4852	Bens de domínio público: Edifícios					
4853	Outras construções e infra-estruturas	86 727 471	6 432 470		93 159 941	
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	319 827	157 374		477 030	
		87 047 298	6 589 844	-	-171	93 636 971
	Imobilizações incorpóreas:					
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 925	6 913		-6 873	62 965
		62 925	6 913	-	-6 873	76 711
	Imobilizações corpóreas:					
4822	Edifícios e outras construções	28 825 624	1 823 695			30 649 319
4823	Equipamento básico	5 661 144	184 362		-21 285	5 824 221
4824	Equipamento de transporte	4 525 642	279 246		-49 178	4 755 710
4825	Ferramentas e utensílios	1 208 349	46 651		-54 569	1 200 431
4826	Equipamento administrativo	905 107	16 788		-1 175	920 720
4829	Outras imobilizações corpóreas	129 036	3 733			132 769
		41 254 903	2 354 474	-	-126 207	43 735 584
	Investimentos financeiros:					
491	Partes de capital	83 202				83 202
		83 202	-	-	-	83 202
	TOTAL	128 448 329	8 951 230	-	-133 250	137 266 308

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Por fim, voltamos a referir que, entendemos relevante dever proceder-se a uma análise individualizada de todos os bens registados no património, já que muitos podem já não existir ou refletirem um estado de inoperacionalidade, não tendo sido comunicado o consequente abate, para efeitos de registo contabilístico.

É um trabalho manifestamente extenso, que deve ser desenvolvido para todos os itens do património, com particular enfoque nos equipamentos informáticos, licenças de *software*, equipamentos de pequeno porte, ferramentas, equipamentos escolares e outros a avaliar no desenvolvimento do trabalho.

A extensão dos ficheiros do património, está sobrecarregada com informação desnecessária, a qual ao fim de 13 anos de funcionamento do normativo POCAL, merece apropriado tratamento e revisão de inventário.

Propõe-se que este trabalho se inicie de forma a que a transição para o SNC-AP, seja uma oportunidade para a atualização destes ativos.

6.3.2) Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2015 relativos à área das existências.

Comentários

a) O valor das existências ascende a 984.201,85 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				VARIAÇÃO 2015/2014
		2012	2013	2014	2015	
	Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	918 189,28	856 470,38	967 060,83	984 201,85	17 141,02
TOTAL		918 189,28	856 470,38	967 060,83	984 201,85	17 141,02

b) No final do exercício de 2015, foram realizadas contagens físicas aos armazéns do Município, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final.

c) Recomendando-se uma análise aos bens em stock de forma a avaliar a necessidade de constituir uma provisão, para cobrir uma eventual obsolescência ou deterioração física de bens.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Dada a importância do movimento global das compras e armazéns, esta área merece a introdução de procedimentos de maior consistência e fiabilidade, de forma a permitir o seu adequado controlo. Este assunto tem particular relevância para efeitos de cumprimento de regras de contratação pública, em especial quanto a contratos de natureza regular e de consumo anual.

d) Os documentos de prestação de contas apresentam o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

e) Deve ser dada continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos, no âmbito da contabilidade de custos, a qual já se encontra implementada, desde 2009, mas que ainda com dificuldades de funcionamento na articulação de procedimentos entre os diversos serviços.

6.3.3) Dívidas a receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2015 relativos à área das dívidas a receber.

Comentários

a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 5.294.198,59€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2015/2014
		2012	2013	2014	2015	
211	- Clientes c/c	1 902 632,09	2 310 962,23	2 209 224,56	754 357,59	-1 454 866,97
212	- Contribuinte c/c	8 734,63	81 213,10	386 920,53	385 921,82	-998,71
213	- Utentes	631 680,04	728 906,80	797 191,74	806 290,17	9 098,43
218	- Cobrança Duvidosa	5 578 348,39	6 267 649,16	6 180 699,75	6 579 134,76	398 435,01
291	Provisões	-5 578 348,39	-6 112 090,05	-5 697 337,04	-4 447 288,51	1 250 048,53
24	Estado e outros entes Públicos	762 508,39	940 336,41	858 284,18	682 313,00	-175 971,18
26	Outros Devedores	2 336 534,46	800 844,19	994 993,52	1 560 402,00	
2682	- Transf.p/Aut.Locais	1 666 050,66		129 604,03	445 961,02	316 356,99
2688	- Outros Devedores					
26881	- Alienação de Imobilizado	613 803,93	613 803,93	613 803,93	670 440,93	56 637,00
26886	- Acordos de Regularização -Devedores		72 594,60	192 949,29	386 298,72	193 349,43
26887	- Reposições nos cofres municipais		57 148,03			
26888	- MME - Disponibilidades			934,94		-934,94
26889	- Outros	56 679,87	57 297,63	57 701,33	57 701,33	
291	Provisões Outros devedores	-670 483,80	-680 373,81	-844 902,21	-1 122 447,53	-277 545,32
28	Empréstimos Concedidos	106 018,32	105 696,91	100 942,35	95 515,29	-5 427,06
TOTAL		5 077 624,13	4 443 144,94	4 986 017,38	5 294 198,59	308 181,21

O Município tem vindo a dar cumprimento ao envio de ficheiros mensais SAFT – T, emitidos.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) A dívida de Clientes/Contribuintes/Utentes refere-se, essencialmente, à venda de bens e serviços, receita de água, diversos impostos e taxas, e a créditos sobre os utilizadores dos serviços autárquicos.

No exercício de 2015, foi feito um trabalho exaustivo de análise ao sistema de processamento da faturação de água, com atualização dos contratos e terceiros envolvidos, para além de emissão de contactos com os clientes de forma a formalizar o reconhecimento da dívida por parte dos mesmos. Este trabalho permitiu limpar o sistema informático, conforme é visível no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2015/2014
		2012	2013	2014	2015	
211	- Clientes c/c	1 902 632,09	2 310 962,23	2 209 224,56	754 357,59	-1 454 866,97
212	- Contribuinte c/c	8 734,63	81 213,10	386 920,53	385 921,82	-998,71
213	- Utentes	631 680,04	728 906,80	797 191,74	806 290,17	9 098,43
218	- Cobrança Duvidosa	5 578 348,39	6 267 649,16	6 180 699,75	6 579 134,76	398 435,01
2911	Provisões	-5 578 348,39	-6 112 090,05	-5 697 337,04	-4 447 288,51	1 250 048,53
TOTAL		2 543 046,76	3 276 641,24	3 876 699,54	4 078 415,83	201 716,29

c) O valor de clientes cobrança duvidosa (#21.8) ascende ao montante de 6.579.134,76€, discriminando-se o mesmo da seguinte forma:

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2015/2014
		2012	2013	2014	2015	
21.8	Clientes				263 614,33	263 614,33
21.8	Contribuintes				118,80	118,80
21.8	Água	3 723 939,17	4 441 298,83	4 268 068,64	5 241 958,19	973 889,55
21.8	Utentes Outros	934 871,11	934 871,11	934 871,11	934 871,11	
21.8	Débitos ao Tesoureiro	844 938,11	815 641,69	835 762,21		-835 762,21
21.8	Contribuintes	74 600,00	75 837,53	141 997,79	138 572,33	-3 425,46
TOTAL		5 578 348,39	6 267 649,16	6 180 699,75	6 579 134,76	398 435,01

d) Quanto ao valor provisionado, registou-se um ajustamento ao ativo, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

e) A conta de Estado e outros entes públicos decorre das rubricas abaixo apresentadas:

CONTA		SALDO FINAL			
		2012	2013	2014	2015
24	Estado e Outros Entes Públicos				
241	- Imposto sobre o rendimento			4 038,00	4 038,00
243	- IVA	762 508,39	940 336,41	843 093,14	678 275,00
243	- IVA MME			11 153,04	
TOTAL		762 508,39	940 336,41	858 284,18	682 313,00

O Município iniciou um processo de reembolso do IVA, que se encontra em fase de análise por parte da AT.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) Foram contabilizados 445.961,02€ a título de valores a receber dos projetos abaixo indicados:

# 26.8.2 Transf.p/Aut.Locais	2014	2015
FUNDOS COMUNITÁRIOS		
Governança Corredor Azul	11 500,21	11 500,21
Tecnopolo Corredor Azul	98 474,45	110 656,06
EB1 André de Resende	19 629,37	187 416,29
Desmaterialização processos		50 072,76
EB1/JI Baceolo		86 315,70
TOTAL	129 604,03	445 961,02

Em sede de encerramento de quadro comunitário, importa apresentar os projetos apoiados, os valores recebidos, por receber e a devolver ou recebidos a título de adiantamento (TOP UP'S).

DESIGNAÇÃO	ESTADO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL	FEDER	P/RECEBER	A DEVOLVER/TOP UP'S
Construção da Escola Básica André de Resende	Aprovada - Em Execução						998 318	2 597 389	3 595 707	4 141 073	187 416	378 495
Governança da RUCI Corredor Azul	Em encerramento				37 616	11 956	24 655		74 227	85 000	11 500	9 887
Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Évora	Concluída				18 290				18 290	20 336		
Festival de Verão Terras de Sol	Em encerramento			134 520	34 338				168 858	340 255		
Tecnopolo da RUCI Corredor Azul	Em encerramento			77 478	40 202	61 520	396 326		575 526	668 934	110 656	38 702
Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.º Sra. de Machede)	Em encerramento		206 353	757 962	60 270		67 830		1 092 415	1 149 910		
Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora	Em encerramento	942 109	3 230 744			-73 476	-113 689	-3 936	3 981 751	5 078 879		128 976
Gestão da parceria e monitorização do programa de ação Acrópole XXI	Concluída						56 879	10 665	67 544	71 099		
Construção da Escola EB1/JI do Baceolo	Em encerramento	691 827	444 730	162 365	81 183	245 237		14 656	1 639 998	1 736 135	86 316	
Teias- Rede Cultural do Alentejo	Em encerramento				170 361	207 731			378 092	652 087		36 986
Concepção construção da Escola EB1/JI dos Canaviais	Em encerramento		349 719		981 131				1 330 850	1 569 503		149 733
TOTAL		1 633 936	4 231 545	1 132 325	1 423 391	452 968	1 430 319	2 618 775	12 923 269	15 513 213	395 888	742 780
									83,30%			

- Life lines - LIFE 14/NAT/PT/001081	Em Execução											147 089
- Modernização Alentejo Central 2015	Em Execução										50 073	
TOTAL											50 073	147 089

TOTAL											445 961	889 868
--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------------	----------------

g) Os valores a receber de alienação do imobilizado (#26.8.8.1) apresentam o valor de 670.440,93 €. De acordo com o princípio da prudência, este montante encontra-se provisionado, face ao risco identificado.

h) O valor dos Acordos de regularização – Devedores (#26.8.8.6), assume o valor abaixo identificado, encontrando-se igualmente provisionado face ao risco identificado.

# 26.8.8.6 Acordos de Regularização - Devedores	2014	2015
Taxas aeroportuárias	9 272,99	
Trabalhos por conta de particulares	479,86	305,26
Taxas de Urbanização	12 305,83	351 794,61
Rendas e alugueres	34 198,85	34 198,85
Ocupação Via pública	136 691,76	
TOTAL	192 949,29	386 298,72





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

i) Quanto à rubrica de Outros (#26.8.8.9), o montante a receber de 57.701,33 €, foi analisado, encontrando-se o mesmo ajustado face ao risco identificado de incobrabilidade

#26.8.8	Cred. Diversos - Outros - Outros	2014	2015
		57 701,33	57 701,33
		<u>57 701,33</u>	<u>57 701,33</u>

j) Os valores dos empréstimos concedidos (#28), no montante de 95.515,29€, são referentes a empréstimos concedidos no âmbito dos programas FAME e FINICIA. Face aos riscos de incobrabilidade, foram os mesmos ajustados conforme segue:

#28	Empréstimos Concedidos	2012	2013	2014	2015	PROVISÃO
	Cafeteria/Charcutaria Lusitania, Lda.	4 761,68	3 411,68	2 961,68	2 661,68	
	Ao Sul - Congressos e Eventos, Lda.	272,98	272,98	272,98	272,98	272,98
	O Aqueduto Restaurante e Cervejaria, Lda.	6 975,00	6 975,00	6 975,00	6 975,00	6 975,00
	Alencópia - Máquinas e Materiais, Lda.	17 118,60	17 118,60	17 118,60	17 118,60	17 118,60
	Antonio Rosado e Paulo Almeida, Lda.	4 355,01	4 355,01	4 355,01	4 355,01	4 355,01
	Roll's Rock - Produções de Eventos Artísticos, Lda	12 500,00	6 250,01	6 250,01	6 250,01	6 250,01
	Restaurante - A Casa da Malta, Lda.	3 915,47	3 915,47	2 715,47		
	Arqueosopa - Ref. Ligeiras Soc. Unipessoal, Lda.	9 902,00	9 902,00	9 902,00	9 902,00	9 902,00
	Evoralforge-Com. Artes. Prod. Reg. Unipessoal, Lda	4 924,85	4 924,85	4 924,85	4 924,85	4 924,85
	Braulio, Fonseca & Caeiro, Lda.	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65
	Panificadora Central Eborense	1 001,00	1 001,00	1 001,00	1 001,00	1 001,00
	Anabela Figueiredo Atanásio	15 273,51	15 273,51	15 273,51	15 273,51	15 273,51
	Irene Seita	95,38				
	Joaquim Miguel Loureiro Cadete	759,00	759,00	759,00	759,00	759,00
	Usequal - Higiene e Segurança, Lda.	1 377,00	816,00	204,00		
	Francelina F. M. R. Santos/Ludovico A. F. Santos	4 845,00	5 025,00	4 925,00	4 925,00	4 925,00
	Gocopy, Lda	2 395,19	1 150,15	407,59		
	J. Martins Consultores, Lda.		9 000,00	7 350,00	5 550,00	
	TOTAL	106 018,32	105 696,91	100 942,35	95 515,29	87 303,61





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.4) Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2015;
- Acompanhamento e apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à tesouraria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2015 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:
- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

CONTA		SALDO FINAL				
		2012	2013	2014	2015	
11	Caixa					
	111	Caixa - Tesouraria Municipal	74 882,33	68 162,49	91 486,17	67 809,58
	118	Fundo de Maneio				
TOTAL		74 882,33	68 162,49	91 486,17	67 809,58	

CONTA		SALDO FINAL				
		2012	2013	2014	2015	
12	Depósitos em Instituições Financeiras					
	12101	Banco Santander Totta	205 440,08	177 775,40	43 904,50	28 428,85
	12102	Caixa Geral de Depósitos	448 484,55	4 369 450,44	1 136 680,27	1 241 804,01
	12103	Millenium BCP	194 829,78	150 271,27	180 248,15	181 802,33
	12104	Novo Banco	65 842,45	65 281,06	66 398,83	58 718,91
	12105	Montepio Geral	7 171,36	6 453,69	44 103,74	488 431,17
	12107	Banco Português de Investimento	13 896,11	305 886,49	263 243,57	97 653,27
	12108	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora	14 533,99	60 377,16	45 528,66	82 162,93
TOTAL		950 198,32	5 135 495,51	1 780 107,72	2 179 001,47	

	SALDO FINAL			
	2012	2013	2014	2015
- Execução orçamental	27 964,72	4 125 569,12	1 068 149,48	928 724,27
- Operações de tesouraria	997 115,93	1 078 088,88	803 444,41	1 318 086,78
Saldo da gerência	1 025 080,65	5 203 658,00	1 871 593,89	2 246 811,05

- c) Acompanharam-se as contagens de final de exercício, de forma a confirmar os montantes expressos no Balanço e Mapa de operações de tesouraria, não existindo factos a reportar.
- d) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade. As diferenças detetadas foram verificadas através das conciliações bancárias à mesma data.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 843.904,97€, tal como apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2012	2013	2014	2015
27	Acréscimos e diferimentos				
271	- Acréscimos de proveitos	334 453,11	781 300,83	544 867,45	791 752,83
272	- Custos diferidos	10 394,74	13 547,71	14 677,13	52 152,14
TOTAL		344 847,85	794 848,54	559 544,58	843 904,97

b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- Acréscimos de proveitos (#27.1):
 - ✓ Juros a receber, relativos a documentos de receita não cobrados; e
 - ✓ Impostos diretos, recebidos em 2016 e que respeitam ao mês de dezembro de 2015;
- Custos diferidos (#27.2):
 - ✓ Seguros, pagos em 2015, e que respeitam a 2016.

6.3.6) Fundo patrimonial

a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	2014	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	2015
51 - Património	172 793 433,20	2 686 067,30				175 479 500,50
55 - Ajust.de partes de capital em emp.	4 742 566,02				265 687,00	5 008 253,02
57 - Reservas :	25 176 545,59	9 300,00				25 185 845,59
571 - Reservas legais	625 000,00					625 000,00
575 - Subsídios	239 917,57					239 917,57
576 - Doações	24 306 296,40	9 300,00				24 315 596,40
577 - Res.decor.da transf.de Ativos	5 331,62					5 331,62
59 - Resultados transitados	-83 769 449,11		-7 331 402,16		213 762,24	-90 887 089,03
88 - Resultados liquido do exercício	-7 331 402,16		7 331 402,16	-4 890 006,39		-4 890 006,39
TOTAL	111 611 693,54	2 695 367,30		-4 890 006,39	479 449,24	109 896 503,69

b) No ponto 2.28 do anexo às demonstrações financeira e no relatório de gestão, encontram-se descritos de forma sucinta a origem dos movimentos ocorridos no Fundo Patrimonial. As variações ocorridas na conta #55 – Ajustamento de partes de capital em empresas e #59 – Resultados transitados, resultam dos efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial aplicado às participadas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7) Passivos antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2015 relativos à área das dívidas a pagar.

Comentários

- a) O valor das dívidas a pagar (com inclusão de operações de tesouraria e sem provisões) ascende a 77.797.655,92€, apresentando uma oscilação para menos de 34.897,91€, face ao ano de 2014.

CONTA	SALDO FINAL				VARIACÃO 2015/2014
	2012	2013	2014	2015	
21.7 Cauções	1 552,19	5 617,19	6 400,09	6 475,79	75,70
22 Fornecedores	37 665 327,60	31 736 705,74	27 306 303,50	32 444 729,04	
2211 - Fornecedores c/c	24 019 852,71	24 328 241,78	20 236 830,52	22 071 353,42	1 834 522,90
- Fornecedores Factoring	8 352 053,87	263 006,38			
228 - Fornecedores em recepção e conferência	5 293 421,02	7 145 457,58	7 069 472,98	10 373 375,62	3 303 902,64
23 Empréstimos Obtidos	19 323 802,36	38 125 487,77	39 906 583,52	35 034 167,63	
- Curto Prazo	2 205 000,00				
2312 - Médio Longo Prazo	17 118 802,36	38 125 487,77	39 906 583,52	35 034 167,63	-4 872 415,89
24 Estado e Outros Entes Públicos	719 983,81	1 157 584,87	707 262,23	647 194,38	-60 067,85
25 Credores pela execução orçamental					
26 Outros Credores	16 645 859,68	11 390 398,22	9 906 004,49	9 665 089,08	
261 - Fornecedores de Imobilizado	13 800 875,55	8 980 084,67	6 947 102,98	5 878 155,60	-1 068 947,38
263 - Sindicatos	4 340,72	4 316,13	37,71	4 184,56	4 146,85
2681 - Devedores e credores das Admin. Públicas			1 507 423,18	1 292 077,18	-215 346,00
2684 - Cred. De Transf. Aut. Locais		490 412,00	513 849,90	889 868,23	376 018,33
2685 - Cred.p/Oper. Tesouraria	305 613,72	253 692,88	302 224,91	502 379,23	200 154,32
2689 - Cred. Diversos - Outros	2 296 228,58	1 342 421,18	422 903,49	793 444,63	370 541,14
269 - Adiantamentos por conta de vendas	238 801,11	319 471,36	212 462,32	304 979,65	92 517,33
TOTAL	74 356 525,64	82 415 793,79	77 832 553,83	77 797 655,92	-34 897,91
29 Provisões	946 881,22	2 648 729,56	1 606 607,17	1 309 800,57	-296 806,60
TOTAL	75 303 406,86	85 064 523,35	79 439 161,00	79 107 456,49	-331 704,51





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) O total das dívidas de fornecedores correntes (#22) e de imobilizado (#26.1) ascende a 32.444.729,04€ e 5.878.155,60€, respetivamente.

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2015/2014
	2012	2013	2014	2015	
22 Fornecedores					
- Fornecedores c/c	24 019 852,71	24 328 241,78	20 236 830,52	22 071 353,42	1 834 522,90
- Fornecedores Factoring	8 352 053,87	263 006,38			
- Fornecedores em recepção e conferência	5 293 421,02	7 145 457,58	7 069 472,98	10 373 375,62	3 303 902,64
TOTAL	37 665 327,60	31 736 705,74	27 306 303,50	32 444 729,04	5 138 425,54

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2015/2014
	2012	2013	2014	2015	
261 - Fornecedores de Imobilizado					
- Fornecedores C/C	4 367 887,80	2 598 971,64	945 611,14	436 930,96	-508 680,18
- Fornecedores Locação Financeira	3 485,62				
- Fornecedores com caução	402 354,13	246 320,10	264 972,70	323 207,03	58 234,33
- Fornecedores em recepção e conferência	187 859,58	129 274,03	29 554,14	11 052,61	-18 501,53
- Fornecedores com caução adjudicação	14 898,46	14 898,46			
- Fornecedores Factoring	8 824 389,96	5 990 620,44	5 706 965,00	5 106 965,00	-600 000,00
TOTAL	13 800 875,55	8 980 084,67	6 947 102,98	5 878 155,60	-1 068 947,38

O Município continuou a sentir de forma acentuada o prolongar da sua crise financeira, a pressão sobre a tesouraria continua. Os pagamentos em atraso sofreram um agravamento na ordem dos 5 milhões de euros, passando de 24,4 milhões euros em 2014, para 29,4 milhões de euros em 2015.

Do saldo em dívida à data de 31/12/2015, destacam-se os fornecedores abaixo apresentados:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
22.8.13306	GESAMB - GESTAO AMBIENTAL E DE RESIDUOS EIM	1 108 221,48
22.1.1.13306	GESAMB - GESTAO AMBIENTAL E DE RESIDUOS EIM	181 447,00
22.1.1.20059	TREVO - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE EVORA	1 068 812,19
22.8.10373	AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S A	6 737 734,16
22.1.1.10373	AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S A	17 917 316,71
22.1.1.22965	AGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO S A	317 844,09
22.8.22965	AGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO S A	2 836 520,16
	TOTAL	30 167 895,79
	TOTAL #22	32 444 729,04
	%	92,98%

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
26.1.1.21660	JOAQUIM FERNANDES MARQUES E FILHO, SA	106 563,21
26.1.5.1.21660	JOAQUIM FERNANDES MARQUES E FILHO, SA	156 149,53
26,1,4,6	Factoring BPI - FEA	5 106 965,00
	TOTAL	5 369 677,74
	TOTAL #261	5 554 948,57
	%	96,66%

c) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros, pedindo a confirmação de saldos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) O total de créditos cedidos ascende a 5.106.965 €, tendo ocorrido uma oscilação para menos de 600 mil euros, face ao ano transato, dentro do cumprimento do plano acordado.

2015		BPI
26.1.4	Factoring	5 106 965,00
TOTAL		5 106 965,00

e) Os empréstimos obtidos apresentam a seguinte evolução:

CONTA	2014	DIMINUIÇÕES	2015	GARANTIAS
Empréstimos C/Prazo				
Empréstimo BCP				
Empréstimos M/L Prazo				
Empréstimo 60	1 023 105,45	1 023 105,45	-	
Empréstimo 9015/006112/891				
Empréstimo 9015/006934/991	2 608 803,25	120 347,94	2 488 455,31	2 831 000,00
Empréstimo 102391/830	357 858,74	357 858,74	-	
Empréstimo "Prog. Pagar a Tempo e Horas"	1 002 489,60	125 311,20	877 178,40	
Empréstimo PREDE	4 042 856,00	808 571,20	3 234 284,80	
Empréstimo PAEL	30 871 470,48	2 437 221,36	28 434 249,12	
TOTAL	39 906 583,52	4 872 415,89	35 034 167,63	2 831 000,00

O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente, e conciliados com as provas obtidas.

O saldo final dos empréstimos contratados em instituições financeiras, foi conciliado com base no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal. Encontram-se concordantes com o referido mapa.

Quanto aos empréstimos Pagar a Tempo e Horas, PREDE e PAEL, o valor em dívida foi conciliado com a resposta obtida por parte da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tendo-se apurado que ficaram por pagar amortizações no montante de 529.596,80€ (125.311,20€ do pagar a tempo e horas e 404.285,60€ do PREDE). A estes valores acrescem os juros respetivos de 6.461,08€ e 18.912,08 €. Estas amortizações e juros já foram pagos em março último.

O passivo deve ser discriminado entre o curto e o médio e longo prazo, relevando para o efeito a exigibilidade da dívida, independentemente da sua contratação ter sido efetuada a médio e longo prazo. Assim, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando, em parte, são exigíveis amortizações a menos de um ano. Neste âmbito importa levar em conta a **Nota Explicativa – Registo dos Empréstimos Obtidos**, emitida pelo SATAPOCAL.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA		SALDO FINAL			
		2012	2013	2014	2015
24	Estado e Outros Entes Públicos				
242	- Retenção de impostos s/rendimento				
2421	- Trabalho dependente	70 026,00	333 362,00	107 304,00	312 629,00
2422	- Trabalho independente	815,54	5 487,34	170,41	2 167,57
2424	- Prediais		7 029,06	2 310,00	5 610,00
2425	- Sobretaxa extraordinária de IRS		22 389,00	6 329,00	19 822,00
2429	- Outros	100,00	136,00	271,00	
244	- Restantes impostos	101,00	467,29	10,00	5,00
245	- Contribuições p/Seg.Social	648 941,27	788 714,18	590 867,82	306 960,81
TOTAL		719 983,81	1 157 584,87	707 262,23	647 194,38

O pagamento de impostos tem vindo a ser efetuado nos prazos previstos.

g) Em 2014, conforme ofício emitido pela DGAL – Realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, contabilizou-se 1.507.423,18€, a título de unidades de participação, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a qual aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo sido cumprido o plano de realização firmado, apresentando um valor em dívida de:

2015	Curto prazo	215 346,00 €
	Médio e longo prazo	1 076 731,18 €
		1 292 077,18 €

h) A conta Credores diversos – Outros (#26.8.9) no montante total de 793.444,63 € diz respeito, essencialmente, a dívidas a favor de Associações de natureza social, cultural e desportiva e Freguesias, e valor das cauções do MME (16.084,47€) que resultou do processo de integração da participada, por internalização da mesma.

i) Os adiantamentos por conta de vendas correspondem às entregas por conta de futuras escrituras de compra e venda de terrenos, no montante de 304.979,65€.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, sendo a sua composição em 2015 a seguinte:

CONTA	SALDO FINAL			
	2012	2013	2014	2015
27 Acréscimos e diferimentos				
273 - Acréscimos de custos	2 446 588,69	2 906 222,36	3 317 627,02	2 908 959,04
- Remunerações a liquidar	1 856 806,00	2 231 416,07	2 216 163,73	2 197 174,97
- Juros a liquidar	36 810,55	47 402,27	459 455,76	152 278,69
- Outros acréscimos de custos	552 972,14	627 404,02	642 007,53	559 505,38
27.4 - Proveitos diferidos	18 255 708,22	15 148 102,08	16 628 112,90	18 263 026,57
- Terrenos - Direito de Superfície	346 435,54	341 441,70	694 370,86	662 581,02
- Subsídios para investimento	17 909 272,68	14 806 660,38	15 909 484,89	17 585 768,09
- Outros proveitos diferidos			24 257,15	14 677,46
TOTAL	20 702 296,91	18 054 324,44	19 945 739,92	21 171 985,61

b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- **Acréscimos de custos (#27.3):**

- ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2015, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2016, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas e horas extraordinárias e ajudas de custo;
- ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
- ✓ Encargos de cobrança e reembolsos dos impostos dezembro de 2015, recebidos em janeiro de 2016;
- ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas;
- ✓ Valor de dívida à empresa ALEMOBRA, por compensações por parte do Município, conforme reunião de 13/12/2006 (decorre desde 2006); e
- ✓ Restituição de IMI, à Habévora, conforme reunião de 08/10/2008 (180.047,29€).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

• Proveitos Diferidos (#27.4):

Terrenos - Direito de superfície

O valor de 662.581,02€ corresponde ao valor de contratos de cedência de terreno e em direito de superfície, os quais são imputados a proveitos de acordo com os referidos contratos, independente do seu recebimento ter ocorrido no exercício.

	2014	2015
CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE		
PCTA	336 447,86	331 454,02
GLINIT ENERGY, SA	304 323,00	291 327,00
TOTAL	640 770,86	622 781,02
OUTROS PROVEITOS DIFERIDOS		
JOSÉ ANTÓNIO MARREIROS	53 600,00	39 800,00

Subsídios ao investimento

A reposição de subsídios está a ser processada mensalmente, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício

PROVEITOS DIFERIDOS	2014	PEDIDOS PAGAMENTO	REPOSIÇÃO	REGULARIZAÇÕES	2015
Subsídios para investimento					
- Outras	172 541,78		28 756,96		143 784,82
- FEDER	2 048 274,74		341 379,12		1 706 895,62
- Turismo de Portugal - Valor. Aqueduto Água de Prata	41 259,85		292,10		40 967,75
- Pavilhão Multiusos - Praça de Touros	1 567 637,50		21 450,00		1 546 187,50
- Remodelação rede de água - Azaruja	91 768,34		22 447,48		69 320,86
- Ligação Piscinas Z.Oeste V.Alegre/est. Piscinas	211 965,11		23 372,63		188 592,48
- Rede Viária Principal da Cidade - 1ª Fase	988 669,50		122 309,63		866 359,87
- Escola do Rossio	35 176,14		501,92		34 674,22
- Escola do Bairro da Câmara	35 349,22		504,38		34 844,84
- Escola da Cruz da Picada	124 409,80		1 775,17		122 634,63
- Escola da Vista Alegre	88 010,57		1 255,80		86 754,77
- Escola da Senhora da Glória	88 981,55		1 269,65		87 711,90
- Escola da Horta das Figueiras	75 239,64		1 073,58		74 166,06
- Escola do Frei Aleixo	84 954,35		1 212,19		83 742,16
- Expansão do PITE	1 090 234,06		99 214,70		991 019,36
- Aeródromo Municipal - 3ª Fase	205 431,98		15 701,81		189 730,17
- URBCOM	241 054,26		58 935,51		182 118,75
- Restauro do Convento dos Remédios 1ª Fase	333 152,59		46 988,18		286 164,41
- Restauro do Convento dos Remédios 2ª Fase	189 540,61		23 428,60		166 112,01
- Escola EB1/JI do Babelo	1 479 115,51	126 786,39	20 033,58		1 585 868,32
- Escola EB1/JI dos Canaviais	1 243 480,05		15 773,53	80 456,68	1 147 249,84
- Loteamento Aeronáutico D'Évora	2 130 747,02		184 210,53		1 946 536,49
- Beneficiação de EM 526 (N.ª S.ª Machede)	808 399,65		73 155,35		735 244,30
- Requalificação das Piscinas Municipais	188 455,68		6 086,08		182 369,60
- Escola EB1 André de Resende	1 062 860,90	2 755 262,03		10 945,56	3 807 177,37
- Tecnopolo PCTA	635 298,01	12 181,61			647 479,62
- MME obras em curso	647 476,48		15 416,11		632 060,37
TOTAL	15 909 484,89	2 894 230,03	1 126 544,59	91 402,24	17 585 768,09



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9) Provisões e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2015;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2015 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

a) As provisões e contingências (#29) sofreram a seguinte oscilação:

PROVISÕES	SALDO FINAL			
	2014	CONSTITUIÇÃO e/ou REFORÇO	REDUÇÃO	2015
ATIVO				
- Para cobranças duvidosas - Clientes	3 952 906,07	412 530,10	853 018,77	4 447 288,51
- Para cobrança duvidosa - Utentes	934 871,11			
- Para cobrança duvidosa - Outros devedores	744 099,86		47 160,27	696 939,59
- MME - Cobranças duvidosas	65 460,00			65 460,00
- Débitos ao Tesoureiro	770 302,21		572 157,88	198 144,33
- Publicidade	74 600,00			74 600,00
- Empréstimos Concedidos FAME		87 303,61		87 303,61
TOTAL ATIVO	6 542 239,25	499 833,71	1 472 336,92	5 569 736,04
PASSIVO				
- Processos judiciais em curso	1 606 607,17	1 761,48	298 568,08	1 309 800,57
TOTAL PASSIVO	1 606 607,17	1 761,48	298 568,08	1 309 800,57
TOTAL	8 148 846,42	501 595,19	1 770 905,00	6 879 536,61

b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

c) Foram enviadas cartas a Advogados/Juristas, a solicitar eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso, de forma a conciliar os valores contabilizados no Município. As respostas obtidas quanto a eventuais responsabilidades futuras originaram uma redução 298.568,08€, quanto a provisões de processos judiciais em curso. Os mesmos discriminam-se da seguinte forma:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

Acções em curso	2015
HORIZONTE PROJ - CONSULT EM AMBIENTE E PAISAGISMO	28 259,97
ANTONIO JOSÉ ANTUNES CAEIRO	3 000,00
JOSÉ ARTUR ALMEIDA ANTUNES	20 000,00
CONSTRADAS	2 000,00
TRANSPORTES RAIMONDESES, LDA	4 000,00
RUIDO - FAB ALU E TRANSP MATERIAIS	15 000,00
João Ramalho Palmeiro	76 010,50
ABILIO FERNANDES	1 500,00
MARIA CELESTE JUNQUEIRA	35 000,00
JOSÉ GUEDES DA SILVA	1 500,00
ANTÓNIO RAMALHINHO	1 500,00
EVORAREGIS	397 851,24
Ant. João P. Sá Baptista	35 612,00
Raquel Nabo Pires e Vitor Vieira Pires	10 142,00
Frontino	75 000,00
PROGITAPE	21 780,00
PARVALOREM	549 883,38
EPUR	30 000,00
Outros Riscos e Encargos	1 761,48
TOTAL	1 309 800,57

6.3.10) Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete, o valor da água processada para venda e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

	2014	2015	Varição 2015/2014
Água	3 491 984,25	2 510 924,85	-981 059,40
Matérias primas	148 265,26	101 166,24	-47 099,02
Matérias subsidiárias	207 954,13	225 137,01	17 182,88
Lubrificantes e combustíveis	71 745,07	18 330,95	-53 414,12
Ferramentas e utensílios	32 575,74	32 808,80	233,06
Material de escritório	35 487,56	36 915,79	1 428,23
Material de Educação, Cultura		109,20	109,20
Limpeza, higiene e conforto	79 496,68	93 615,09	14 118,41
Vestuário e artigos pessoais	46 429,70	64 508,24	18 078,54
Material de transporte	27 447,50	77 022,65	49 575,15
Outros	66 456,86	86 796,70	20 339,84
TOTAL	4 207 842,75	3 247 335,52	-960 507,23



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
621	Subcontratos				2 675 395,70	2 675 395,70	26,68%
62211	Electricidade	1 690 260,19	1 676 600,45	1 742 301,70	1 610 293,73	-132 007,97	16,06%
62212	Combustíveis	425 205,12	484 656,05	410 707,87	368 922,10	-41 785,77	3,68%
62213	Água para consumo	10 312,95	9 176,73	12 971,13	6 675,62	-6 295,51	0,07%
62214	Outros fluídos	942,90	22,26				
62215	Ferramentas e utensílios	127,92		199,88	30,45	-169,43	
62216	Livros e documentação técnica	197,70	13,90		1 600,60	1 600,60	0,02%
62217	Material de escritório	3 301,96	1 905,81	1 915,60	2 670,66	755,06	0,03%
62218	Artigos para oferta	2 713,49	3 076,11	256,20	1 309,84	1 053,64	0,01%
62219	Rendas e alugueres	342 542,74	443 731,43	432 073,11	417 728,67	-14 344,44	4,17%
62220	Aterro sanitário	1 044 480,53	1 223 253,49	1 151 561,54	1 052 454,01	-99 107,53	10,50%
62221	Despesas de representação				221,56	221,56	
62222	Comunicação	331 415,39	349 291,84	374 580,39	400 786,53	26 206,14	4,00%
62223	Seguros	260 149,14	86 911,87	194 432,69	98 248,14	-96 184,55	0,98%
62225	Transportes mercadorias	38,23		173,50	17 079,62	16 906,12	0,17%
62226	Transportes de pessoal	280,63					
62227	Deslocações e estadas	9 462,54	9 365,14	17 536,09	23 316,26	5 780,17	0,23%
62229	Honorários	5 412,00	7 720,05	61 825,83	99 514,48	37 688,65	0,99%
62230	Produtos químicos e farmacêuticos	1 757,78	1 673,88	1 026,36	2 202,91	1 176,55	0,02%
62231	Contencioso e notariado	12 705,20	9 752,00	7 777,00	6 509,76	-1 267,24	0,06%
62232	Conservação e reparação	93 809,71	76 059,37	104 378,89	137 830,07	33 451,18	1,37%
62233	Publicidade e propaganda	50 527,29	24 010,85	35 916,53	47 432,36	11 515,83	0,47%
62234	Limpeza higiene e conforto	1 278,39	100 422,58	9 113,02	54 246,86	45 133,84	0,54%
62235	Vigilância e segurança	396 450,73	196 291,04	282 771,29	304 293,69	21 522,40	3,03%
62236	Trabalhos especializados	532 598,10	408 277,59	461 869,22	596 751,57	134 882,35	5,95%
62237	Transportes escolares	118 459,56	95 638,48	4 347,81	200 669,54	196 321,73	2,00%
62251	Alimentação - Refeições	64 645,32	73 405,98	58 393,67	50 368,41	-8 025,26	0,50%
62252	Alimentação - Géneros para confeccionar	1 188,58	490,49	1 116,74	937,59	-179,15	0,01%
62253	Material de educação, cultura e recreio	761,90	21,00		1 051,82	1 051,82	0,01%
62255	Formação	32 212,81	19 819,17	9 962,09	9 519,37	-442,72	0,09%
62256	Cobrança Agua - Serv. Prest. Pelas Juntas	5 436,50	3 828,10	1 617,20		-1 617,20	
62257	Outro Material - Peças	70 049,68	103 224,50	124 949,38	59 303,12	-65 646,26	0,59%
62258	Portes	78,29	37,27	38,13	40,16	2,03	
62259	Assistência Técnica	27 643,17	36 217,35	38 404,07	48 832,90	10 428,83	0,49%
62261	Direitos Autorais	5 207,82	5 708,60	4 637,60	7 456,68	2 819,08	0,07%
62290	Encargos de cobrança	221 502,18	217 057,80	209 620,12	189 603,82	-20 016,30	1,89%
62291	Encargos de cobrança de impostos	308 056,88	209 944,61	230 692,66	260 179,50	29 486,84	2,59%
62298	Outros FSE	1 732 319,43	1 380 269,99	4 468 381,21	1 274 171,34	-3 194 209,87	12,71%
TOTAL		7 803 532,75	7 257 875,78	10 455 548,52	10 027 649,44	-427 899,08	100,00%

Os fornecimentos e serviços externos oscilaram negativamente em 428 mil euros, destacando-se essencialmente, a oscilação das rubricas de outros fornecimentos e serviços externos de forma negativa, vindo a ser incluída em subcontratos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

A conta de transferências e subsídios correntes variou de forma positiva em 103.840,90€, relativamente ao ano transato.

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES						
63.1	Transferências correntes concedidas	1 514 057,73	876 087,74	664 042,38	841 112,86		
	- Municípios	143 034,92	179 832,44	10 463,99	553,32	-9 910,67	0,07%
	- Freguesias	375 589,60	302 183,00	201 148,68	401 633,28	200 484,60	47,75%
	- Associações de Municípios	124 702,20	124 780,80	120 017,97	158 670,62	38 652,65	18,86%
	- Outros	361 182,03	104 008,21	229 589,16	174 572,88	-55 016,28	20,75%
	- Instituições particulares	369 008,19	77 030,60	21 183,28	0,00	-21 183,28	0,00%
	- Instituições sem fins lucrativos	26 186,66	3 944,20	1 231,02	25 583,39	24 352,37	3,04%
	- Famílias	114 354,13	84 308,49	80 408,28	80 099,37	-308,91	9,52%
63.2	Subsídios correntes	60 800,90	220 572,72	73 229,58	-		
	- Emp. Púb.Municipais e Intermunicipais	57 300,90	213 572,72	55 729,58	-	-55 729,58	
	- Outros	3 500,00	7 000,00	17 500,00	-	-17 500,00	
TOTAL		1 574 858,63	1 096 660,46	737 271,96	841 112,86	103 840,90	100,00%

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas apresentados na conta de gerência, os montantes pagos no exercício de 2015.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
64	CUSTOS COM O PESSOAL						
641	Remunerações Órgãos Autárquicos	193 631,23	192 421,78	237 163,42	241 312,08	4 148,66	1,39%
64.2	Remunerações do pessoal	14 029 116,69	14 320 436,78	13 644 247,28	13 847 852,95		
	- Remunerações base	11 929 797,50	11 454 418,91	11 162 449,45	10 080 602,93	-1 081 846,52	57,93%
	- Suplementos de remunerações	2 024 948,15	2 793 051,24	2 409 809,92	3 701 507,33	1 291 697,41	21,27%
	- Prestações sociais directas	74 371,04	72 966,63	71 987,91	65 742,69	-6 245,22	0,38%
645	Encargos s/ Remunerações	1 894 634,66	3 646 667,55	3 743 069,33	2 925 082,43	-817 986,90	16,81%
648	Outros Custos com o Pessoal	382 700,67	377 956,91	364 885,46	386 401,11	21 515,65	2,22%
TOTAL		16 500 083,25	18 537 483,02	17 989 365,49	17 400 648,57	-588 716,92	100,00%

Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu uma variação negativa, justificada essencialmente pela saída de pessoal por reforma. No ano de 2015, o Município teve uma redução 28 trabalhadores, sendo que nos últimos 5 anos a redução de efetivos foi de 183 trabalhadores.

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:

Suplementos de remunerações	2012	2013	2014	2015	Variação	
					2015/2014	
Trabalho extraordinário	175 392,55	185 993,97	183 585,59	198 145,38	14 559,79	
Trabalho em regime de turnos	169 835,96	172 816,81	171 535,36	169 030,99	-2 504,37	
A bono para falhas	36 666,12	35 000,46	34 745,97	38 136,40	3 390,43	
Subsidio de refeição	1 071 036,19	1 080 506,42	1 077 786,26	1 052 400,47	-25 385,79	
Ajudas de custo	49 113,08	39 137,70	43 069,01	38 020,55	-5 048,46	
Senhas de presença	1 297,44	455,25	2 080,32	1 631,25	-449,07	
Emolumentos notariais	1 502,32	3 758,36	3 438,72		-3 438,72	
Representação	101 779,62	64 529,37	70 791,36	66 442,41	-4 348,95	
Subsidio de férias e Natal	18 655,40	879 454,61	472 721,80	1 768 624,35	1 295 902,55	
Remunerações por doença	360 345,59	294 898,25	323 669,33	340 920,84	17 251,51	
Outros suplementos e prémios	39 323,88	36 500,04	26 386,20	28 154,69	1 768,49	
TOTAL	2 024 948,15	2 793 051,24	2 409 809,92	3 701 507,33	1 291 697,41	

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsídio de férias, férias, respetivos encargos (SS e CGA), ajudas de custo e horas extraordinárias. A estimativa incorpora os ajustamentos destas remunerações face à reposição prevista para o ano de 2016.

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS						
681	Juros Suportados	1 270 984,64	1 375 775,09	2 532 633,91	3 690 969,12	1 158 335,21	99,64%
682	Perdas em entidades participadas	157 779,76	308 068,73	1 174 332,27		-1 174 332,27	
684	Provisões para aplicações financeiras			36 564,35		-36 564,35	
688	Outros	379 504,50	159 713,44	95 810,98	13 376,80	-82 434,18	0,36%
TOTAL		1 808 268,90	1 843 557,26	3 839 341,51	3 704 345,92	-134 995,59	100,00%

Quanto à conta #68.1 – Juros Suportados, procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções, apenas uma afetação diferente dos juros do factoring. A mesma discrimina-se conforme se segue:





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

	2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
Juros de Emp. Curto Prazo	70 391,79	82 188,48	108 643,22		-108 643,22
Juros de Emp. de ML Prazo	371 076,07	352 467,69	1 199 965,41	1 339 369,71	139 404,30
Juros de Locação Financeira	983,20	8,21			
Juros de Factorings	456 228,82	594 629,45	390 696,62		-390 696,62
Juros de Confirming	160 778,86	188 059,42	6 696,03		-6 696,03
Juros de Mora	211 525,90	158 421,84	826 632,63	2 019 135,28	1 192 502,65
Outros				332 464,13	332 464,13
TOTAL	1 270 984,64	1 375 775,09	2 532 633,91	3 690 969,12	1 158 335,21

Os juros de empréstimos bancários a M/L prazo suportados assumem um maior peso, justificado pelo empréstimo PAEL, facto que contrata com a diminuição dos juros de empréstimos de curto prazo, uma vez que o Município, no exercício não recorreu a esta fonte de financiamento.

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
69	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL						
69.1	Transferências capital concedidas	544 972,69	465 047,01	70 666,79	820 877,39		
	- Freguesias	440 622,23	440 621,60	64 509,90	814 172,53	749 662,63	30,66%
	- Associações de Municípios			3 655,39	4 234,09	578,70	0,16%
	- Outros		4 793,10				
	- Instituições particulares	90 370,11	648,42		787,50	787,50	0,03%
	- Famílias	13 980,35	18 983,89	2 501,50	1 683,27	-818,23	0,06%
693	Perdas em existências	16 567,81	15 459,48	19 349,64	51 060,10	31 710,46	1,92%
694	Perdas em imobilizações	1 721 763,58	40 279,89	479 191,83	485 927,52	6 735,69	18,30%
695	Multas	1 057 070,06	1 446 660,98	134 393,58	615,13	-133 778,45	0,02%
696	Amortizações/provisões			7 871,81	412 530,10	404 658,29	15,54%
697	Perdas exercícos anteriores	78 179,90	710 451,99	1 521 474,17	875 686,46	-645 787,71	32,98%
698	Outras	304 078,57	93 585,47	10 160,88	8 447,50	-1 713,38	0,32%
	TOTAL	3 722 632,61	2 771 484,82	2 243 108,70	2 655 144,20	412 035,50	100,00%

Regista as transferências e subsídios de capital para as instituições, o valor das perdas registadas em existências, decorrentes dos inventários efetuados, perdas em imobilizações por alienações ou abates, o valor das penalizações e perdas de exercícos anteriores e outras.

O mapa das transferências apresentado na conta de gerência está conciliado com a despesa paga apresentada na classificação económica ao nível da contabilidade orçamental.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11) Proveitos e ganhos

Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo.

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS						
71.1	Vendas						
	Mercadorias	17 301,36	17 743,77	13 821,28	7 898,86		
	- Animais	745,72		200,00	300,00	100,00	
	- Plantas	1 062,34	1 055,90	1 140,29	1 345,45	205,16	0,02%
	- Cemitérios	15 493,30	16 687,87	12 480,99	6 253,41	-6 227,58	0,07%
	Produtos acabados e intermédios	2 224 197,15	2 453 041,89	1 782 143,53	2 217 934,38		
	- Água	2 224 197,15	2 453 041,89	1 782 143,53	2 217 934,38	435 790,85	25,31%
	Venda de Bens	140 197,31	111 783,16	199 328,65	10 484,38		
	- Publicações, Impressos e Livros	4 593,39	5 275,17	3 462,98	2 134,92	-1 328,06	0,02%
	- Outros	135 603,92	106 507,99	195 865,67	8 349,46	-187 516,21	0,10%
71.2	Prestações de serviços	3 059 513,57	3 457 218,72	3 087 786,51	3 509 648,87		
	- Saneamento	1 809 746,95	2 040 874,31	1 553 750,82	1 930 182,89	376 432,07	22,03%
	- Resíduos Sólidos	393 952,38	465 167,71	322 021,24	375 249,33	53 228,09	4,28%
	- Transportes escolares	24 826,74	37 722,83	32 614,85	21 661,18	-10 953,67	0,25%
	- Transportes colectivos de pessoas e mercadorias		921,28				
	- Trabalhos por conta particulares	130 655,63	39 476,72	43 835,71	48 941,02	5 105,31	0,56%
	- Cemitérios	46 815,17	45 002,42	93 954,98	235 745,75	141 790,77	2,69%
	- Mercados e feiras	259 642,93	197 397,65	201 861,37		-201 861,37	
	- Instalações	111 009,67					
	- Parques de Estacionamento		1 581,20	625 148,63	676 274,17	51 125,54	7,72%
	- Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto		119 061,04	115 028,96	104 770,31	-10 258,65	1,20%
	- Outros Serviços	282 864,10	510 013,56	99 569,95	72 716,35	-26 853,60	0,83%
	- Outros				44 107,87	44 107,87	0,50%
71.3	Rendas e alugueres	3 062 549,38	2 742 587,17	3 720 883,37	3 017 308,13		
	- Habitação	5 186,66	4 799,96	5 330,66	5 075,75	-254,91	0,06%
	- Edifícios	49 075,89	397 594,74	196 527,46	72 202,85	-124 324,61	0,82%
	- Outros	3 008 286,83	2 340 192,47	3 519 025,25	2 940 029,53	-578 995,72	33,55%
	TOTAL	8 503 758,77	8 782 374,71	8 803 963,34	8 763 274,62	-40 688,72	100,00%

Procedemos ao controlo dos registos mensais, face às listagens extraídas do sistema, tendo os mesmos sido conciliados com os valores contabilizados mensalmente.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

CONTA		2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
72	IMPOSTOS E TAXAS						
72.1	IMPOSTOS DIRECTOS	8 615 284,27	9 487 660,29	10 004 397,51	11 527 129,20		
	- IMI	4 805 343,31	5 102 915,22	6 646 516,41	7 243 918,64	597 402,23	58,35%
	- IMT	1 718 954,80	2 278 020,94	1 259 703,32	2 053 100,53	793 397,21	16,54%
	- Derrama	1 022 070,92	712 359,00	917 051,29	1 068 500,20	151 448,91	8,61%
	- Impostos abolidos	367,29	10 818,87	100,00		-100,00	
	- IUC	1 068 547,95	1 383 546,26	1 181 026,49	1 161 609,83	-19 416,66	9,36%
72.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	465 673,86	199 406,58	83 888,37	155 486,29		
	- Loteamentos de obras	287 128,02	70 607,75	43 349,27	826,30	-42 522,97	0,01%
	- Publicidade	159 528,24	104 232,62	19 075,14	126 538,95	107 463,81	1,02%
	- Outros	19 017,60	24 566,21	21 463,96	28 121,04	6 657,08	0,23%
72.4	TAXAS	1 285 382,85	864 755,36	1 646 462,28	1 614 876,68		
	- Mercados e feiras	13 200,67	13 284,99	13 020,51	11 510,34	-1 510,17	0,09%
	- Loteamentos de obras	340 515,26	295 143,14	560 100,49	846 793,73	286 693,24	6,82%
	- Ocupação Via Pública	797 141,90	476 559,29	967 513,72	556 926,87	-410 586,85	4,49%
	- Canídeos e gatídeos	4 151,82	2 415,77	4 342,56	3 515,67	-826,89	0,03%
	- Saneamento	3 016,24	629,18	1 260,44	26 582,36	25 321,92	0,21%
	- Águas - Taxas Associadas				51 853,86	51 853,86	0,42%
	- Outras	127 356,96	76 722,99	100 224,56	117 693,85	17 469,29	0,95%
72.5	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-169 140,55	-416 171,34	-123 884,69	-138 575,09		
72.6	ANULAÇÕES	-1 309 715,68	-996 314,97		-744 284,66		
72.8	OUTROS	3 834,90	4 866,23	770,43	239,34		
TOTAL		8 891 319,65	9 144 202,15	11 611 633,90	12 414 871,76	803 237,86	100,00%

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2015, apenas recebidos em janeiro de 2016, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA	2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
74 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS						
ORÇAMENTO DO ESTADO	17 124 105,86	16 698 834,83	15 883 769,14	16 832 140,13		
Transferências Correntes	12 890 857,33	14 472 594,82	14 878 984,39	15 289 330,16		
- Fundo Coesão Municipal				53 220,40	53 220,40	0,31%
- Freguesias	2 304 900,12	2 266 756,62	2 127 836,32	2 122 468,29	-5 368,03	12,41%
- FEF	5 846 581,00	7 795 442,00	8 612 049,00	8 169 149,02	-442 899,98	47,77%
- FSM	738 158,00	738 158,00	738 158,00	810 158,00	72 000,00	4,74%
- Participação Variável IRS	2 728 149,00	2 728 149,00	2 538 680,00	3 139 148,00	600 468,00	18,36%
- Transportes escolares	72 300,00	72 600,00	72 600,00		-72 600,00	
- Outras	1 200 769,21	871 489,20	789 661,07	995 186,45	205 525,38	5,82%
Transferências de Capital	4 233 248,53	2 226 240,01	1 004 784,75	1 542 809,97		
- FEF	3 897 721,00	1 948 860,00	956 894,00	1 441 615,00	484 721,00	8,43%
- Coperação Técnica e Financeira		277 380,01	47 890,75	101 194,97	53 304,22	0,59%
- Outras	335 527,53					
FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS	72 988,23	164 438,77	221 146,36	186 133,42	-35 012,94	1,09%
EXTERIOR			1 634,36		-1 634,36	
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				4 498,42	4 498,42	0,03%
EMPRESAS	37 926,83	30 895,12	57 359,34	78 157,57	20 798,23	0,46%
TOTAL	17 235 020,92	16 894 168,72	16 163 909,20	17 100 929,54	937 020,34	100,00%

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas, para além do mapa das transferências e subsídios recebidos na sua maioria.

Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

CONTA	2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
78 PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
781 Juros Obtidos	55 891,80	174,39	664,24	207,86	-456,38	0,33%
782 Ganhos em entidades participadas	49 735,04	86 852,18	49 138,27	63 480,05	14 341,78	99,47%
788 Outros	116,57	79,59	33,28	131,50	98,22	0,21%
TOTAL	105 743,41	87 106,16	49 835,79	63 819,41	13 983,62	100,00%

A oscilação ocorrida de ganhos em entidades participadas é respeitante ao registo dos ganhos das entidades participadas, quanto à aplicação do método da equivalência patrimonial.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA	2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	2015 Peso (%)
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS						
792 Recuperação de dívidas		298,48	339,37	134,84	-204,53	0,00%
793 Ganhos em existências	69 862,28	1 660,16	23 488,83	14 330,70	-9 158,13	0,40%
794 Ganhos em imobilizações	1 001 595,10	537 783,84	757 540,13	258 556,93	-498 983,20	7,21%
795 Benefícios e penalidades contratuais	50 663,67	149 934,81	1 005 240,39	193 860,10	-811 380,29	5,41%
796 Reduções de amortizações e provisões	758 564,53	161 511,54	2 157 431,78	1 771 757,46	-385 674,32	49,43%
797 Ganhos exercícios anteriores	664 768,12	405 662,45	398 542,65	159 595,33	-238 947,32	4,45%
798 Outros	1 211 415,10	2 127 057,57	1 235 505,33	1 185 906,95	-49 598,38	33,09%
TOTAL	3 756 868,80	3 383 908,85	5 578 088,48	3 584 142,31	-1 993 946,17	100,00%

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais. Traduz uma oscilação negativa, essencialmente, por via das reduções de amortizações e provisões, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

Os outros proveitos (#79.8) assumem um valor significativo, representando essencialmente a reposição dos subsídios ao investimento, os quais assumem o valor de 1.126.544,59 €.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

7.1) Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2012 a 2015, é a seguinte:

Componente Económica

	2012	2013	2014	2015
Custos e Perdas	49 220 903,31	51 034 559,26	49 719 911,17	46 916 578,57
Proveitos e Ganhos	38 517 743,17	38 327 684,99	42 388 509,01	42 026 572,18
Resultado Líquido do Exercício	-10 703 160,14	-12 706 874,27	-7 331 402,16	-4 890 006,39

Componente Financeira

	2012	2013	2014	2015
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	217 991 935,20	210 682 643,32	202 612 377,78	200 806 829,33
Ativo Circulante Líquido *	7 020 894,06	10 503 273,32	7 824 672,10	8 525 211,49
Ativo Líquido Total	225 357 677,11	221 980 765,18	210 996 594,46	210 175 945,79
Fundos Próprios	129 351 973,34	118 861 917,39	111 611 693,54	109 896 503,69
Passivo M/L Prazos	17 118 802,36	38 125 487,77	39 906 583,52	35 034 167,63
Passivo C/ Prazo (exceto Acres.c./Diferim. e Provisões)	57 237 723,28	44 290 306,02	37 925 970,31	42 763 488,29
Total Passivo	96 005 703,77	103 118 847,79	99 384 900,92	100 279 442,10
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	135%	115%	112%	110%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	57%	54%	53%	52%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	0,12	0,24	0,21	0,20
Grau de dependência do ML Prazo (Div.ML Prazo/Ativo total)	7,60%	17,18%	18,91%	16,67%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	59%	56%	55%	55%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	18%	37%	40%	35%

* Ativo Circulante Líquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

7.2) Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 34 milhões e os 51 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2015 ascende a cerca de 77,2 milhões de euros. Apesar de apresentar uma dívida total superior ao permitido, verificou-se uma redução de dívida de 551 mil euros, ainda assim superior a 10% do montante em excesso apurado no exercício anterior (20,66%).

Importa por isso definir critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Receita corrente líquida cobrada	31 707 319	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505
Média nos 3 exercícios	32 137 346				
Média nos 3 exercícios	34 053 912				
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores				48 206 020	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014
				51 080 868	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2015
PASSIVO	99 812 609	96 005 704	103 118 848	99 384 901	100 279 442
(-) PROVISÕES	677 543	946 881	2 648 730	1 606 607	1 309 801
(-) A CRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20 478 758	20 702 297	18 054 324	19 945 740	21 171 986
(-) A DIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	1 028 615	238 801	319 471	212 462	304 980
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL				1 507 423	1 292 077
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1 025 701	997 116	1 078 089	803 444	1 318 087
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)	76 601 992	73 120 609	81 018 234	75 309 224	74 882 512
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS					
CIMAC			32 178	43 443	642
A/NMP			387	422	358
HABÉVORA			2 521 807	2 258 233	2 201 292
SITEE	c)		176 282	127 903	113 502
MME	a)		81 698		
NIA	b)			9 975	
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)			2 812 352	2 439 977	2 315 794
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			83 830 586	77 749 200	77 198 306
EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO				-26 668 333	-26 117 439
10% MONTANTE EM EXCESSO				-2 666 833	-2 611 744
LIMITE DA DÍVIDA EM 31/12/2015					75 082 367

2 115 939

- a) Contas internalizadas no Balanço do Município no exercício de 2014.
b) Não apresenta dívida.
c) Em fase de conclusão do processo de liquidação.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

Na consulta ao portal autárquico – pagamentos em atraso existentes até 31/12/2015, verifica-se que os mesmos ascendem a 29.412.214,19 €.

>90 e <=120	>121 e <=240	>241 e <=360	>361	TOTAL		
845 203,67	3 514 991,37	2 742 629,77	22 309 389,38	29 412 214,19	2015	
					24 363 115,25	2014
					5 049 098,94	AGRAVAMENTO

Quanto ao prazo médio de pagamento existiu uma melhoria do número de dias face ao ano anterior tendo-se apurado para o ano de 2015, o prazo de 575 dias para cumprimento de liquidação de compromissos assumidos, tal como apurado no relatório de gestão.

ANOS		2012	2013	2014	2015
DIAS	APURADO	590	755	635	575
	REDUÇÃO			120	60
	AUMENTO		165		

Apresentou declaração sobre os recebimentos em atraso num total de 6.517.651,27 €. A este valor acrescem as dívidas indicadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira num total de 2.478.603,46 €, que apenas constam da declaração de recebimentos em atraso. Este procedimento resulta do facto da informação disponibilizada, pela AT ser insuficiente, nomeadamente quanto ao ano de origem e à probabilidade da sua boa cobrança. De referir que o valor sofreu um desagravamento face a 2014 de 12.271,56 € (-0,49%).

	2014	2015
CA	325,59	
IMI	782 363,70	903 365,52
IMT	1 403 601,93	1 233 200,65
IUC	304 583,80	342 037,29
TOTAL	2 490 875,02	2 478 603,46
DIMINUIÇÃO	-12 271,56	



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luis Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um processo que revela complexidade e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados. Importa referir que este processo tem vindo a ser executado com dificuldades, mas com um melhor empenho, facto que se nos afigura ser de realçar. Reforça-se que o contributo de todos os serviços é imprescindível, para a obtenção de resultados fidedignos.

Da recolha efetuada foi possível obter a seguinte informação, remetendo-se para o relatório de gestão uma análise mais pormenorizada.

2014		2015	
FUNCIONAL	VALOR	FUNCIONAL	VALOR
FUNÇÕES GERAIS	15 271 784,27	FUNÇÕES GERAIS	5 306 282,00
FUNÇÕES SOCIAIS	28 707 821,04	FUNÇÕES SOCIAIS	31 549 343,76
FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 203 522,98	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4 634 146,89
OUTRAS FUNÇÕES	536 782,88	OUTRAS FUNÇÕES	1 686 993,60
TOTAL	49 719 911,17	TOTAL	43 176 766,25



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

9. OPINIÃO E PROPOSTAS

9.1. Relato sobre outros requisitos legais

A prestação de contas apresenta um relatório estruturado de igual forma com o do ano anterior, cumprindo os requisitos essenciais, quer em termos de apresentação quer em termos de conteúdo e divulgações qualitativas e quantitativas.

É ainda nossa opinião que a informação constante do referido relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

9.2. Conclusão das verificações efetuadas e opinião

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança aceitável, sobre as demonstrações financeiras do exercício 2015, e se as mesmas estão isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o sector autárquico, entendemos verificar-se limitação de âmbito quanto à participada Évora Regis, dado que não são conhecidas demonstrações financeiras. Nas contas do Município, o valor da participação está evidenciado ao custo, ajustado por constituição de provisão no mesmo valor da participação (24.500€). Todavia, dado que a percentagem detida é significativa (49%), o desconhecimento das referidas demonstrações financeiras não permite avaliar eventuais responsabilidades a assumir por parte do Município de Évora, para além das registadas a título de provisão para riscos e encargos, num total de 397.851,24€.

Assim, em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, decorrentes da limitação acima referida, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1. deste relatório, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor autárquico.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85%.
- Apresenta excesso de dívida, apesar da redução operada ter sido superior a 10% do montante em excesso em 2014. As demonstrações financeiras apresentam um valor elevado ao nível das provisões para riscos e encargos, situação que em sede de conclusão dos processos em curso, pode vir a representar dívida efetiva.
- Apresenta fundos disponíveis negativos ao longo do exercício.
- Apresenta pagamentos em atraso no valor de 29 milhões de euros e um prazo médio de pagamento de 575 dias, apresentando uma redução de cerca de 60 dias, face a 2014.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Estão refletidos nas demonstrações financeiras, incumprimentos quanto ao pagamento de prestações de empréstimos. Estes valores constam das contas apresentadas e estão divulgados.

- As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, integram valores exigíveis até 12 meses que, de acordo com as regras contabilísticas, deveriam estar classificados a curto prazo. Neste âmbito importa levar em conta a **Nota Explicativa – Registo dos Empréstimos Obtidos**, emitida pelo SATAPOCAL, a qual pode ser também aplicada para os outros credores.

De forma positiva, neste exercício o Município, passou a dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental.

9.3. Propostas

Devem ser implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratualizar.
- Face ao valor da dívida apurada, os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado o limite da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Atualização e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
- Continuidade dos procedimentos quanto ao sistema de faturação dos direitos a receber e consequente acompanhamento mensal dos recebimentos de clientes, contribuintes e utentes e outros devedores.
- Assistiu-se ao registo de património, verificando-se divulgação do não conhecimento de bens por registar, conforme nota ao balanço e à demonstração dos resultados (nota 2.14 do anexo).
- Deu-se continuidade ao sistema de contabilidade de custos, consagrado no ponto 2.8.3 do POCAL, verificando-se melhorias na sua aplicação, às quais importa dar reforço e seguimento.
- Continuidade na monitorização e complementaridade do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para o ano de 2016.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas nos anos anteriores, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade.



10. OUTROS FACTOS

De acordo com o previsto no POCAL, o Relatório de Gestão, apresenta uma descrição cronológica dos factos considerados relevantes ocorridos após o termo do exercício, assente nos seguintes pilares:

- ✓ LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
- ✓ PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de Execução
- ✓ Empréstimo de Saneamento Financeiro
- ✓ Pagamento de Empréstimos ao Estado (DGTF)
- ✓ Contabilização e Registo de Dívidas Antigas
- ✓ Orçamento do Estado para 2016
- ✓ Consolidação de Contas

Apesar de todos os temas serem naturalmente relevantes para efeitos de relato e divulgação, merece a nossa atenção especial o tema da “Contabilização e Registo de Dívidas Antigas”.

Efetivamente o apuramento da dívida tem merecido a nossa particular atenção, já que a transparência das contas do Município é um dos requisitos que maior responsabilidade e preocupação nos tem movido ao longo dos exercícios.

Neste sentido, reconhecemos que, todos os valores dos quais nos foi dado conhecimento se encontram registados como dívida efetiva, sempre que aceite, ou a título de acréscimos e diferimentos ou de provisões, de acordo com o documento de titulação da dívida reclamada, sempre que a mesma se encontre em discussão, mas que ainda assim, possa configurar a assunção de uma responsabilidade.

Todavia, tem vindo a ser apresentada dívida só agora reclamada pelos fornecedores, como por exemplo o pedido de juros, situação que merece enquadramento jurídico adequado e que só agora se tem vindo a sentir, dado o pagamento de dívida efetuado ao abrigo do programa PAEL.

11. AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este relatório, não podemos deixar de manifestar ao Sr. Presidente e restantes Membros do Órgão Executivo e aos Colaboradores do Município, o nosso apreço pela franca e leal disponibilidade prestada. Assim, aqui expressamos o nosso especial agradecimento.

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC n.º 658)

Maria do Rosário Carvalho